

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Maria Eduarda de Oliveira Bastos

Ocupar é pertencer?

As transformações do bairro Dom Bosco na perspectiva dos seus moradores

Juiz de fora

2025

Maria Eduarda de Oliveira Bastos

Ocupar é pertencer?

As transformações no bairro Dom Bosco a partir da perspectiva dos seus moradores

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Política de Ação do
Serviço Social, como requisito para obtenção
de grau de Bacharel em Serviço Social, na
Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Dr. Bruno Bruziguessi Bueno

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bastos, Maria Eduarda de Oliveira .
Ocupar é pertencer? : as transformações do bairro Dom Bosco na
perspectiva dos seus moradores / Maria Eduarda de Oliveira
Bastos. -- 2025.
69 p.

Orientador: Bruno Bruziguessi Bueno
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. Dom Bosco. 2. gentrificação. 3. espaço urbano. I. Bueno, Bruno
Bruziguessi, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Ocupar é pertencer? As transformações no bairro Dom Bosco na perspectiva dos seus moradores**, para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social , pelo(a) discente Maria Eduarda de Oliveira Bastos (matrícula 202119021), sob orientação da Prof.(a) Dr.(a) Bruno Bruziguessi Bueno, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 21 dias do mês de agosto do ano de 2025 , às 14 horas, na sala 3 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dr	Bruno Bruziguessi Bueno	Orientador
Dra	Elizete Maria Menegat	Membro de banca
Dra	Estela Saléh Da Cunha	Membro da banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes



Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de Serviço Social, deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 08 de agosto de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bruziguessi Bueno, Professor(a)**, em 21/08/2025, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Estela Saleh da Cunha, Professor(a)**, em 21/08/2025, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 25/08/2025, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA BASTOS, Usuário Externo**, em 25/08/2025, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2542927** e o código CRC **77662A32**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Maria Eduarda de Oliveira Bastos
Matrícula Discente	202119021
Título do TCC	Ocupar é pertencer? As transformações no bairro Dom Bosco na perspectiva dos seus moradores
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Bruno Bruziguessi Bueno
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	21/08/2025
Nome, titulação d[]s(as) componentes da banca	Dr. Bruno Bruziguessi Bueno Dra. Elizete Maria Menegat Dra. Estela Saléh Da Cunha

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 08 de agosto de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bruziguessi Bueno, Professor(a)**, em 21/08/2025, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o



código verificador **2542975** e o código CRC **87B69BCC**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à conclusão de mais uma etapa importante da minha vida, que por conta de todos os percalços no caminho, vejo como uma benção.

Agradeço também à minha família, que desde cedo me fez conhecer a felicidade genuína de ter a sensação de pertencimento.

Agradeço em especial meu pai, que durante minha jornada na universidade precisou me deixar para seguir seu próprio caminho em outro plano. A ele devo meus estudos, meus mimos, meus momentos de colo, alegria e aventuras, e o fato de hoje saber o que é ser amada da forma mais poderosa, pura e real.

Também agradeço às minhas irmãs da vida, Eliane, Shelda, Ana Flávia, que conheceram todas as minhas versões e me amaram incondicionalmente em cada uma delas.

Dedico meus mais sinceros agradecimentos também às minhas amigas da faculdade, parceiras nesse percurso tão truculento e ao mesmo tempo incrível que a faculdade pode ser.

Agradeço ao meu namorado e melhor amigo Luiz Eduardo por ter sido meu suporte no momento mais difícil da minha vida, por ter me lembrado da preciosidade que é estar viva e por sempre me contagiar com sua doçura, leveza e amor.

Também agradeço ao meu orientador por ter me guiado durante todo o processo de construção desse trabalho da forma mais competente e gentil possível.

Agradeço à banca por sua disponibilidade e por compartilhar todo o seu conhecimento contribuindo para meu enriquecimento acadêmico.

Por fim, agradeço à Juiz de Fora, cidade que me acolheu em todos esses anos, me permitindo vivenciar as emoções e experiências mais diversas e intensas inimagináveis.

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo compreender a percepção dos moradores do bairro Dom Bosco sobre as transformações em seu entorno. Foi utilizada a pesquisa qualitativa através da entrevista individual, entrevista coletiva e observação participante. O trabalho foi dividido em dois capítulos, no primeiro foi analisada a formação do espaço urbano, a apropriação capitalista deste e seu impacto nas condições de vida da classe trabalhadora. No segundo capítulo, foi realizado o aprofundamento da formação e transformação do espaço urbano no Brasil e na especificidade do bairro Dom Bosco, na cidade de Juiz de Fora, e, por fim, foram analisados os dados coletados nas entrevistas. Conclui-se que os moradores associam as mudanças no bairro aos novos empreendimentos em seu entorno, embora nem todas essas transformações sejam vistas como positivas.

Palavras-chave: espaço urbano; Dom Bosco; gentrificação; transformação.

ABSTRACT:

This final paper aims to understand the perception of residents of the Dom Bosco neighborhood regarding the transformations in its surroundings. Qualitative research was employed through individual interviews, group interviews, and participant observation. The work was divided into two chapters. In the first, the formation of urban space, its capitalist appropriation, and its impact on the living conditions of the working class were analyzed. In the second chapter, the study delved deeper into the formation and transformation of urban space in Brazil and, more specifically, in the Dom Bosco neighborhood in the city of Juiz de Fora. Finally, the data collected from the interviews were analyzed. It is concluded that residents associate changes in the neighborhood with new developments in its surroundings, although not all of these transformations are perceived as positive.

Keywords: urban space; Dom Bosco; gentrification; transformation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	12
1. O LUGAR DO POBRE NA CIDADE: UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O ANTAGONISMO DE CLASSES REFLETIDO NAS CIDADES.....	15
1.1. Entendendo a formação e a apropriação capitalista do espaço urbano.....	15
1.2 A questão urbana na realidade brasileira.....	25
2. AS DINÂMICAS DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BAIRRO DOM BOSCO.....	37
2.1 A conformação do município de Juiz de Fora.....	37
2.2 A formação espacial do bairro Dom Bosco.....	40
2.3 Metodologia.....	44
2.4 Análise das entrevistas.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	66
ANEXO A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	70
ANEXO B - Roteiro de entrevista semiestruturada.....	71

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a população moradora do bairro Dom Bosco comprehende as transformações no seu entorno, sobretudo aquelas ocorridas nos últimos 30 anos. Para tal, foi realizada a pesquisa qualitativa por meio de entrevista com roteiro semi-estruturado, foram utilizadas três metodologias distintas com o mesmo roteiro: a entrevista individual, a entrevista coletiva e a observação participante. Para complementar as informações e fundamentar a análise de dados foi utilizada a revisão bibliográfica de teses, artigos e dissertações disponíveis nas bibliotecas e no repositório institucional da UFJF.

O interesse do estudo sobre o tema com o recorte específico do bairro Dom Bosco, localizado na cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, é resultante da minha experiência com o bairro que se iniciou a partir do contato com o projeto de extensão Nucleação do Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o processo de envelhecimento. Então, surgiu a vontade de investigar sobre como as transformações na cidade de Juiz de Fora, especialmente nos arredores do bairro Dom Bosco, são percebidas por seus moradores.

Assim, me questionei se a população entende o investimento econômico nos arredores do bairro como obras de melhoria que os engloba ou como mudanças no seu território que, contraditoriamente, não os contemplam. Haja vista que muitas dessas obras, como o Hospital Monte Sinai, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e o Shopping Independência, não são acessadas pelos moradores. Inclusive, por isso o recorte de tempo escolhido foi de 30 anos, remontando ao momento de construção do Monte Sinai (1994), que foi o primeiro dos significativos empreendimentos nas proximidades do bairro¹.

Além disso, entrei no campo de estágio da Companhia de Saneamento Municipal (Cesama), na área socioambiental, e lendo sobre a Política Federal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445), aprendi que para acessar saneamento, bem como energia elétrica, é preciso que o bairro seja uma área regularizada, não componha uma área de risco e nem de proteção ambiental. Assim, atentei para a fragilidade estrutural das políticas públicas, na qual o sujeito que não tem acesso a um direito, acaba sendo inviabilizado de acessar outros. Isto é, parte da

¹ A construção da UFJF não foi considerada enquanto marco inicial de análise uma vez que o foco dessa pesquisa são os empreendimentos de ordem privada com objetivo mercantil, marcado sobretudo pela consolidação do neoliberalismo no Brasil durante a década de 1990. Esse tema será melhor desenvolvido ao longo do trabalho.

população moradora do Dom Bosco, que por sua condição de formação histórica, foi submetida a ocupar territórios em áreas irregulares e de alto risco, sofre também com a falta de acesso à infraestrutura básica como o saneamento básico, circulação de meios de transporte coletivos, recolhimento de lixo, dentre outros serviços.

Por fim, na disciplina de Oficina de Trabalho Profissional II fiz um trabalho de análise de conjuntura partindo das políticas de habitação do Brasil, no qual foi possível compreender mais sobre a territorialização do capital (Monteiro, 2014). Especialmente no atual contexto de acirramento do neoliberalismo, com a desresponsabilização do Estado e centralidade da prestação de alguns serviços nas Organizações da Sociedade Civil (OSCs²), o Estado não efetiva vários preceitos legais da Constituição Federal de 1988 e sua defesa do direito de acesso à cidade. Dentre estes, os artigos 182 e 183, que tratam da política e propriedade urbana, e regulamentam o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257 de 2001, que dispõe sobre “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (art. 2º, inciso I).

Ao contrário, tem-se a primazia do lucro do setor privado em detrimento dos interesses da população, como por meio do mercado imobiliário, que dita a dinâmica dos espaços na cidade, valorizando territórios centrais, a tal ponto que muitas vezes os próprios moradores não conseguem acessar os espaços que os cercam. Nesse mesmo movimento exclui-se também a população de acessar a cidade, uma vez que espaços de lazer e confraternização, meios de transporte e serviços básicos de saneamento e limpeza urbana, e mesmo políticas como saúde e educação são negados a esses sujeitos.

Nesse sentido, entendo que a apropriação do território é um meio de garantir a reprodução e expansão da acumulação capitalista através do movimento de empurrar as classes subalternizadas para as margens da malha urbana. Pois, ao excluir a população mais pobre das regiões centrais, o preço dos imóveis é valorizado, garantindo maior acúmulo de riqueza. Ademais, a falta de acesso à moradia digna impede o acesso a outros direitos, “há uma relação direta entre condições de alojamento e precariedade dos salários da parcela da sociedade abrigada em favelas, casas precárias da periferia e cortiços” (Kowarick, 1979, p. 42 apud Guimarães, 2013, p. 187), uma vez que, “o desgaste de uma força de trabalho submetida a jornadas de trabalho prolongadas e as espinhosas condições urbanas de existência tornam-se

² Entidades sem fins lucrativos que objetivam cooperar com o Estado no atendimento ao interesse público (Brasil, 2022).

possível na medida em que a maior parte da mão de obra pode ser prontamente substituída” (Kowarick, 1979, p. 42 apud Guimarães, 2013, p. 187).

No entanto, também entendo que a população em todo esse movimento tenta encontrar respostas frente às condições de segregação que lhes são impostas, seja através da violência ou da solidariedade dentro da comunidade, seja em espaços políticos de participação popular e controle social; seja de forma consciente da contradição em que estão inseridos ou apenas enquanto uma resposta às vivências do imediato.

Para fomentar o debate de como a população moradora do bairro Dom Bosco entende esse processo de transformação do espaço que os cerca, o trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro se discute a formação e apropriação capitalista do espaço urbano através de categorias como valor de uso, valor de troca e mercadoria e, então, como os processos de financeirização do capital, gentrificação e favelização determinam a dinâmica do espaço urbano. Também é discutida a questão urbana e apropriação capitalista na particularidade do Brasil e, para isso, são resgatados elementos da conformação social e espacial do país desde o período da colonização.

No segundo capítulo é discutida a formação histórica do bairro Dom Bosco, em Juiz de Fora, identificando e caracterizando sua população moradora, também são apontadas as transformações no entorno do bairro e o impacto que tiveram em seu espaço físico. E, por último, é realizada a análise dos dados coletados na pesquisa, onde são aprofundados os temas de destaque nas respostas dos entrevistados, sendo possível tecer considerações acerca da visão da população moradora do bairro com tais transformações.

1. O LUGAR DO POBRE NA CIDADE: UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O ANTAGONISMO DE CLASSE

*Olha só aquele clube que da hora
Olha aquela quadra, olha aquele campo,
olha
Olha quanta gente
Tem sorveteria, cinema, piscina quente
Olha quanto boy, olha quanta mina
(Racionais- Fim de semana no parque)*

Para adentrar expressamente no debate sobre a cidade e como suas transformações impactam nas condições de vida da classe trabalhadora, é preciso ter delimitada a noção de espaço, bem como a compreensão da formação do espaço urbano e do modo como foi dividido e ocupado. Também é importante o entendimento acerca do processo de acumulação e centralização do capital expresso na apropriação desse espaço. Então, é realizada a discussão sobre essa apropriação do espaço urbano na particularidade das cidades brasileiras, sendo necessário o resgate de elementos desde o período colonial.

1.1. Entendendo a formação e a apropriação capitalista do espaço urbano

Inicialmente, é necessário salientar o que se comprehende por espaço, que, assim como outras categorias, é um produto da atividade humana e da relação entre ser humano e natureza (Guimarães, 2013). Por isso, tal qual outros elementos da sociabilidade burguesa, o espaço passa por um processo de mercadorização, adentrando no ciclo de acumulação do capital, haja vista que passa a ser necessário para a “viabilização da produção, circulação, distribuição e troca” (Guimarães, 2013, p. 181). Nesse sentido, o espaço urbano é conformado justamente para potencializar essa acumulação capitalista, uma vez que o valor de troca suplanta o valor de uso.

A princípio, é importante entender certas categorias a fim de compreender melhor a apropriação de espaço pelo capital. O trabalho é a categoria fundamental em Marx, sendo por definição “a transformação de matérias naturais em produtos que respondam às necessidades

do homem” (Netto; Braz, 2006, p. 30). Contudo, ao satisfazer uma necessidade, novas e mais complexas são criadas. Portanto, trabalho é uma atividade orientada a um fim, na qual idealiza-se primeiro a satisfação de uma necessidade que, por meio de instrumentos, é objetivada. O objeto criado é útil, uma vez que surge para responder a uma necessidade, a esta utilidade denomina-se valor de uso.

Ainda nesse movimento de criar um objeto externo que responda a uma necessidade prévia, cria-se a mercadoria. Destaca-se que nem toda propriedade que tem valor de uso é uma mercadoria, no entanto toda mercadoria precisa ter um valor de uso (Netto; Braz, 2006). É a mercadoria que sintetiza o valor de uso e de troca, uma vez que nela está agregada, para além de sua utilidade - o valor de uso -, a quantidade de trabalho socialmente necessário para ser produzida, o que se manifesta através do valor de troca.

O trabalho, que surge enquanto uma ação de viabilizar a realização do idealizado pelo ser humano, com a complexificação das necessidades sociais, se torna um instrumento de opressão do trabalhador. O trabalho é necessário para garantir a satisfação de necessidades, porém o trabalhador passa a ter que vender sua capacidade laborativa para aqueles que detém a propriedade privada dos meios de produção, não se reconhecendo mais no objeto de seu trabalho (Luz; Bavaresco, 2008). É a partir desse processo que se dá o trabalho alienado, ao qual o trabalhador é submetido na sociedade capitalista.

Seguindo essa lógica, a construção dos espaços e valor agregado a certos territórios na cidade é fruto do trabalho socialmente realizado por trabalhadores que, no entanto, imprimem o objetivo estabelecido pelos capitalistas. Logo, a necessidade de acúmulo e centralização de riqueza dos capitalistas é alicerçada na exploração dos trabalhadores que não usufruem do resultado de seu trabalho.

Como o espaço é socialmente produzido pela atividade humana, a alienação também se manifesta nesse processo de produção dos espaços e das cidades, de forma que é determinante na configuração do espaço urbano e na sua forma de ocupação (Guimarães, 2013). É também nesse sentido que as relações socialmente estabelecidas não são descoladas das relações espaciais, pois o processo de acumulação para a reprodução capitalista é materializado na divisão socioespacial do trabalho. Assim, os mecanismos da reprodução do capital ecoam também em expressões nas questões urbana, agrária e ambiental.

Harvey (2005 apud Guimarães, 2013) aponta a existência de quatro elementos que são articulados como garantia da acumulação capitalista, destacando o quarto elemento, a expansão geográfica e produção do espaço. Ao analisar essa expansão geográfica, o autor a comprehende como simultaneamente condição prévia e decorrente do processo de acumulação do capital, resultando em transformações nas cidades, meio ambiente e relações sociais. Aprofundando a desigualdade, garantindo a conformidade dos espaços urbanos às exigências de domínio do capital (Guimarães, 2013, p. 182). A noção de espaço urbano, segundo Furtado (2014), “é um produto histórico, do qual qualquer porção é objeto de relação dentro do sistema de relações que compõem o modo de produção e reprodução do sistema capitalista”.

O capital precisa de estruturas físicas e fixas para viabilizar a produção, troca, transporte e consumo de mercadorias (Harvey, 1985 apud Furtado, 2014). Nesse sentido, visando a produção de um espaço econômico é necessário que este seja homogêneo, que conte com uma estrutura de transportes e comunicação que viabilize o ir e vir coletivo. Essa razão somada à forte tendência da crescente monopolização econômica resultam nos investimentos do Estado em equipamentos coletivos (Furtado, 2014). O espaço urbano não é produzido como um valor de uso individualizado, isto é, o capital ao ser investido no espaço urbano através de infraestrutura - pavimentação, rede de esgoto, água, iluminação - pode ser utilizado individual ou coletivamente pelos capitalistas, mas é um investimento no espaço coletivo.

Como afirmou Furtado (2014), “qualquer intervenção em um determinado ponto no espaço provoca, em verdade, uma transformação em todo o espaço e, consequentemente, em todas as localizações nele contidas”. Assim, partindo do ponto que as condições de competição do mercado são reguladas pelo Estado, é como acontece com a localização espacial, que é controlada por leis de zoneamento, taxas de propriedade (Deák, 1985 apud Furtado, 2014).

Nesse ínterim, as contradições, que são fruto do processo de produção do espaço, passam por um adensamento através de determinações históricas da conjuntura atual, que conforme Guimarães (2013), se agregam à questão urbana. Ao entender como a dinâmica de apropriação do capital influí também no território é importante conceituar o que se entende por ele, que é a noção do mesmo enquanto fundamento do trabalho, lugar de residência, das trocas materiais e espirituais, do exercício da vida (Santos, 2006 apud Guimarães, 2013). Logo, é possível apreender o modo de incidência do capital e suas consequências no território e nas condições de vida e habitação da classe trabalhadora. É no espaço que ocorrem “as

expropriações e reapropriações de parcelas a serem re-funcionalizadas pelo capital” (Guimarães, 2013, p. 185).

Grande parte das questões da cidade e da forma como se deu o desenvolvimento urbano foram induzidas pelo processo de industrialização. Inclusive, é interessante notar como Engels no século XIX ao descrever a periferia da cidade industrializada da sociedade inglesa, também está descrevendo as cidades atualmente:

Na Inglaterra, esses “bairros de má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas nas partes mais feias da cidade; quase sempre uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. (...) Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias - onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa (Engels, 2008, p. 70).

Tal semelhança aponta como, sob o capitalismo, as questões relacionadas à moradia jamais serão sanadas, independente do tempo histórico (Guimarães, 2013, p. 186). Nas palavras de Lefebvre (2001, p. 17 apud Guimarães, 2013, p. 187), “este processo dialético (industrialização e urbanização, produção econômica e vida social), longe de estar elucidado, também longe de ter terminado”.

Para além do processo de acumulação do capital resultar em diferenciações na ocupação do espaço urbano, a preocupação com a estética dos grandes centros também contribuiu para a marginalização das classes mais pobres. Engels também já traçava observações sobre esse movimento de afastamento das moradias e locais de socialização da classe trabalhadora, dos locais frequentados e utilizados pela elite, “todavia, sempre dão conta de esconder dos ricos senhores e de suas madames, de estômago forte e nervos frágeis, a miséria e a sujeira que são o complemento de seu luxo e de sua riqueza” (Engels, 2008, p. 89).

Essa separação do espaço urbano entre o acessado pela classe dominante e o acessado pela classe subalternizada vai para além da precariedade de habitação ou outras questões materiais, também respingando no direito de acessar lazer, trabalho e cultura (Guimarães, 2013). Resultando assim no que Rolnik (2002 apud Guimarães, 2013) denomina de “sobreposição das diversas dimensões da ‘exclusão territorial’ incidindo sobre a mesma população”.

Nas metrópoles, a informalidade urbana já esteve a níveis entre 40% e 50%, de acordo com Ferreira (2005). Conceituando, a informalidade urbana é a realidade de inadequação físico-construtiva e ambiental das condições de habitação em que vive a classe trabalhadora do Brasil (Guimarães, 2013).

Trata-se, em síntese, de uma realidade na qual predominam construções precárias, terrenos em áreas de risco ou de preservação ambiental e habitações com área útil insuficiente para a quantidade de moradores (Guimarães, 2013, p. 189).

Ainda sobre a informalidade urbana, cabe destacar que:

também estão abarcadas no conceito de informalidade urbana as moradias localizadas em espaços onde o que prevalece é, muitas vezes, a praticamente total ausência de equipamentos e serviços fundamentais de infraestrutura urbana, a exemplo de saneamento, água tratada, luz e acessibilidade. Isto sem mencionar a própria ilegalidade da posse da terra ou do contrato de uso (Guimarães, 2013, p. 189).

Também é válido apontar a forte estigmatização que surge advinda da ideologia dominante visando a criminalização da pobreza, a insinuação do perigo que as classes subalternizadas supostamente oferecem à sociedade. Em outras palavras, conforme Wacquant (2001 apud Lima; Lima, 2023, p. 18), “a criminalização da pobreza é uma forma de violência simbólica, que estigmatiza os indivíduos e grupos mais vulneráveis da sociedade e os torna alvo fácil da repressão estatal”. Assim, nem sempre essa violência é física ou palpável, por ser estrutural ela se apresenta na reprodução das relações sociais, “que mantém as pessoas e grupos em suas posições de inferioridade” (Galtung, p. 168, 1969 apud Lima; Lima, 2023, p. 18).

Ao abordar a criminalização da pobreza, também é imperativo realizar um recorte racial, uma vez que:

o vínculo entre a pobreza e a criminalização, no Brasil, está profundamente enraizado em disparidades raciais e socioeconômicas. Frequentemente a juventude negra e de baixa renda torna-se o alvo mais visível desse fenômeno, sendo associada à violência urbana e ao tráfico de drogas, mesmo quando não envolvida (Lima, Lima, 2023, p. 19).

Dessa maneira, a população pobre e negra é criminalizada também institucionalmente, através de um acesso restrito a direitos como saúde, educação, alimentação, dentre outros, devido à focalização cada vez maior dos serviços oferecidos pelas políticas públicas. Além disso, o Estado reprime fortemente a cultura e formas de resistência dessa população, mostrando que a criminalização abrange a totalidade da vida desses indivíduos (Albuquerque, Carvalho, 2019).

Como já mencionado, o espaço passou a fazer parte do circuito de valorização do capital. Esse processo foi tanto pela mercantilização da terra, por seu parcelamento e/ou por sua inclusão no circuito do capital financeiro (Botelho, 2007). Por capital financeiro entende-se a nova fase capitalista resultante da junção do monopólio industrial com a monopolização no âmbito bancário, que formou um novo bloco solidificado no qual os bancos são os grandes credores dos monopólios de capital (Netto; Braz, 2006).

Desse modo, assim como o capitalismo é regido por contradições, o espaço também o é, de forma que apesar de haver o monopólio da classe dominante sobre o espaço, este também é um ambiente em que está presente a luta de classes. Esse poder da classe dominante sobre o espaço se dá sob um duplo aspecto, tanto por meio da propriedade privada do solo, quanto através do conhecimento, estratégia, que ocorre pela intervenção do Estado (Lefebvre, 1976, p. 42 apud Botelho, 2007, p. 22).

A propriedade privada assegura à classe dominante a liberdade de “ocupar, modelar e fragmentar o espaço da forma que melhor lhe convém” (Botelho, 2007, p. 22). Ao se incorporar ao capital como um meio de produção, a privatização dos espaços é crescente e o valor de uso da terra é sobrepujado por seu valor de troca. Ou seja, a produção e o consumo do espaço passam a ser regulados pela necessidade do capital de gerar valor excedente e o espaço urbano, através da predominância do capital financeiro, assume extrema importância para a dinâmica de acumulação, através da produção de espaços como shopping center, condomínios verticais, hotéis, etc (Carlos, 2004, p. 52 apud Botelho, 2007, p. 23).

Para garantir a apropriação do setor privado, o Estado intervém na sociedade através de operações de rearranjo espacial visando criar novos espaços para a circulação do capital financeiro (Botelho, 2007). O rearranjo acontece, por exemplo, através de investimentos como os mencionados anteriormente, o que aponta para a centralidade do setor imobiliário no processo de reprodução capitalista. Visando valorizar o capital aplicado no setor imobiliário, estão “as legislações de regulamentação de usos do solo e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infraestrutura, e os planos de revalorização de áreas urbanas degradadas” (Botelho, 2007, p. 27).

Inclusive o próprio processo de “urbanismo deve ser entendido como uma estratégia de manutenção dos ganhos da classe capitalista no setor imobiliário, encobrindo as operações realizadas pelo setor público como forma de auxílio à reprodução do capital” (Lefebvre, 1999, p. 147 apud Botelho, 2007, p. 27). Então, o espaço que é construído no processo da

acumulação capitalista é transformado e acaba sendo duas vezes produzido, pois ao criar um novo espaço, agrega também mais-valia a ele (Lefebvre, 1991, p. 374-5 apud Botelho 2007, p. 27).

A concorrência capitalista acentua as contradições que regem o espaço. Isso porque, a concorrência promove mudanças nas configurações espaciais de produção, melhorando as combinações tecnológicas, que por sua vez resulta na desvalorização do capital fixo³ (Botelho, 2007, p. 31). Isto é, dos ambientes que têm sua posição relativa mais ou menos valorizada conforme o ciclo de valorização do capital, pois as inovações implantadas na tecnologia de novas infra estruturas acabam desvalorizando as mais antigas (Harvey, 1990, p. 183 apud Botelho 2007, p. 32).

É a partir desse movimento que se entende como o capital privilegia espaços com mais riqueza em detrimento dos mais pobres. Os lugares com melhores estruturas, próximos a mais equipamentos consequentemente atraem mais empresas e moradias da classe mais rica (Harvey, 1990, p. 183 apud Botelho 2007, p. 32), agudizando a segregação socioespacial.

A partir do conceito de urbanização desenvolvido por Botelho (2007), baseado nas ideias de Lefebvre (1978), entende-se o urbano como uma realidade não acabada, um acúmulo de redes que são constituídas em função do território, da indústria e de outros centros. É entendido como um processo posterior ao da industrialização, no entanto, enquanto antes era a industrialização que induzia a urbanização, atualmente é o urbano que induz as relações de produção e reprodução (Lefebvre 1978 apud Botelho 2007, p. 33). Assim podemos entender a importância da cidade para o ciclo do capital no sentido de:

(...) populações excedentes, satélites da grande indústria, ‘serviços’ de todo tipo (dos melhores aos piores). Sem esquecer os aparelhos administrativos e políticos, os burocratas e os dirigentes, a burguesia e seus séquitos. É assim que a cidade e a sociedade caminham juntas, se confundem, pois que a cidade recebe em seu seio como ‘capital’ o próprio poder capitalista, o Estado (Lefebvre, 1999, p. 152 apud Botelho, 2007, p. 33).

Influi-se então que o urbano é um elemento de controle da reprodução da sociedade capitalista através dos elementos da “força de trabalho, valor de troca e padrões de consumo” (Botelho, 2007, p. 33). Nesse sentido, respaldado por autores como Lojkine (1997) e Lipietz (1974), Botelho (2007) afirma que a renda fundiária urbana é um instrumento - que deriva da reprodução da divisão social e econômica do trabalho - que adequa o uso dos solos na cidade

³ Capital fixo é o capital produtivo que transfere uma parte de seu valor para o custo de produção (Almeida; Ribeiro, 2016).

de acordo com a classe social. Ou seja, através do valor estabelecido pelo mercado de certa localidade, fica nítido qual classe social consegue arcar e portanto habitar certo espaço, enquanto para a classe que sequer tem capacidade de manter sua reprodução plena, resta o território às margens, desvalorizado.

Baseado nesse processo é possível observar como as zonas de moradia das classes dominantes apresentam grande investimento de infraestrutura, presença de equipamentos sociais e aparelhos comerciais seletivos no quesito público (Botelho, 2007, p. 35). Em contrapartida, nas zonas habitadas majoritariamente por trabalhadores, os equipamentos coletivos são sucateados e a infraestrutura não corresponde a todas as demandas.

Todo o processo anteriormente descrito, é definido por alguns autores como gentrificação. Através da análise histórica pode-se compreender que a gentrificação é um processo antigo, mas que se reveste de outras formas.

A melhoria das cidades, acompanhando o crescimento da riqueza, através da demolição de quarteirões mal construídos, a construção de palácios para bancos, grandes depósitos, etc., para o alargamento de ruas para o tráfego comercial, para luxuosas carroças e para a introdução dos bondes, etc., erradicam os pobres para lugares escondidos ainda piores e mais densamente ocupados (Marx, 1967, p. 657 apud Furtado, 2014, p. 342).

Dito isso, a gentrificação é um processo permanente na garantia da reestruturação urbana, é justamente parte da organização e reorganização do espaço urbano de acordo com a lógica de favorecimento aos interesses do capital. Inclusive,

a expansão econômica se desenvolve hoje não através da expansão geográfica absoluta, mas através da diferenciação interna do espaço geográfico. A produção do espaço, ou desenvolvimento geográfico hoje é, no entanto, um processo absolutamente desigual. Gentrificação, renovação urbana e os maiores e mais complexos processos de reestruturação urbana são todos parte da diferenciação do espaço geográfico na escala urbana (Smith, 1986, p. 18 apud Furtado, 2014, p. 342).

Em muitas bibliografias há a defesa do processo de gentrificação como um processo de revitalização das cidades, para embelezar espaços antes degradados e abandonados. No entanto, conforme Furtado (2014), essa é uma visão parcial, é preciso entender que esse processo é uma reestruturação do espaço urbano guiada por uma lógica capitalista. O autor salienta, por exemplo, que os processos de gentrificação ocorridos nos Estados Unidos e no Canadá são processos específicos, uma vez que cada lugar tem sua conjuntura, sendo ancorada na própria história e em dinâmicas urbanas específicas.

Por isso, ao estudar o processo de urbanização se faz necessário um entendimento das peculiaridades de sua dinâmica espacial e temporal (Furtado, 2014). De acordo com Furtado

(2014), a acumulação de capital, as inovações tecnológicas e a urbanização capitalista andam juntas, porém o desdobramento desses três processos é diferente em cada país, logo o processo de formação e transformação das estruturas internas de uma sociedade são deveras particularizados.

A partir desse apanhado, pode-se descrever o processo de gentrificação da seguinte maneira. Primeiro, o que atrai o interesse do setor econômico é a possibilidade de reinserir a localidade desejada no processo de produção e consumo, ou seja, através de investimentos em determinada área antes “desvalorizada”, eleva-se seu *status*, modificando-a fisicamente. Então, as camadas sociais mais elevadas se aproximam, o que tende a tornar o espaço tão caro que acelera a expulsão dos antigos ocupantes deste.

É interessante notar como a reação da população frente a esse processo de gentrificação é o de satisfação por áreas centrais das cidades estarem sendo limpas e renovadas. Contudo, tal movimento resulta na expulsão da classe trabalhadora para as periferias da cidade, prevalecendo uma lógica higienista. Em geral, como já abordado neste trabalho, a população subalternizada ocupou as áreas que lhes eram viáveis economicamente e, atualmente, também pelo seu poder aquisitivo - ou a falta deste -, essa camada da população é obrigada a abandonar suas moradias (Furtado, 2014). Assim, “o mercado que prejudicou os mais desprovidos pela falta de investimento nas áreas centrais das cidades industriais está penalizando o mesmo grupo, no presente, através de investimentos em excesso” (Ley, 1981, p. 144 apud Furtado, 2014, p. 349).

O texto de Furtado (2014) faz uma contextualização do termo gentrificação, que remete ao fenômeno comum nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. No entanto, o autor também analisa esse fenômeno a partir de Porto Alegre, possibilitando um entendimento do processo a partir de outros contextos, inclusive, “a localização industrial tem sido um fenômeno predominantemente da periferia urbana, e habitação de baixa renda tem seguido dois diferentes padrões: o cortiço e a favela, com localização predominantemente distintas” (Furtado, 2014, p. 356). O texto, dessa forma, diferencia os conceitos de favela e cortiço, destacando que os cortiços são similares aos padrões de ocupação na Europa e Estados Unidos, sendo casas antigas e bem localizadas, com acesso a serviços de coleta de lixo, água encanada e esgoto, que foram ocupadas pela população pobre.

Já as favelas são caracterizadas justamente por se localizarem na periferia e advirem de ocupações. Nesse momento, é notório como o texto que estuda especificamente as “malocas” de Porto Alegre, consegue englobar as demais favelas do Brasil ao explicar a dinâmica dos moradores desses locais com o trabalho. Para exemplificar,

a ocupação ilegal das áreas privadas ou públicas desocupadas pela classe trabalhadora permite a reprodução da força de trabalho a baixos custos de reprodução, na medida em que se torna desnecessário incorporar ao salário dessa massa de trabalhadores, os custos de moradia, isto é, habitação mais os serviços urbanos providos pelo Estado: água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e sistema de esgoto. Os favelados utilizam esse serviço também ilegalmente, através de ligações clandestinas (Furtado, 2014, p. 357).

Dessa forma, a favela é um dos tipos de assentamentos precários existentes e, conforme Bueno (2009), sua definição é fundamentada na prática de usufruto de terras sem seu registro legal. Historicamente tais assentamentos são habitados pela população pobre, visto que são os locais que conseguem arcar financeiramente, porém “essa gênese ilegal - em relação à propriedade - irá condicionar toda a relação do Estado com o assentamento e dos moradores com o Estado e com a sociedade” (Bueno, 2009, p. 46). Inclusive, a autora aponta como esses locais na segunda metade do século XX não são abarcados no planejamento territorial, apenas o serviço social e a polícia lidavam com os moradores.

Atualmente, há uma dificuldade em definir um conceito fechado de favela, já que suas características principais: moradia precária e posse/construção irregular não lhe são específicas. Isto é, também são aspectos que compõem os outros tipos de assentamentos precários, como cortiços, loteamentos irregulares da população de baixa renda e conjuntos habitacionais de iniciativa pública irregulares ou degradados (Bueno, 2009). Então, a autora busca estabelecer alguns parâmetros:

Concluindo, pode-se caracterizar as favelas como locais onde a posse do terreno está dissociada da posse da terra. Elas concentram populações que necessitam políticas sociais específicas, nos quais a delimitação do perímetro, matrícula e titulação da gleba e confrontantes não são claros, onde os arruamentos, lotes e disposição das construções não são reconhecidos e são dinâmicos, onde não se encontram os serviços públicos conformes quanto às características construtivas e manutenção, seja por problemas nas redes de distribuição, seja pela precariedade dos domicílios (Bueno, 2009, p. 50).

O Observatório de Favelas⁴, a partir das discussões sobre possíveis definições de favela, elaborou uma declaração com o intuito de contribuir para a formulação de um conceito próprio. Tal conceito analisou a favela amparado nos perfis sócio político, socioeconômico, sócio urbanístico e sociocultural. Portanto, as favelas são entendidas como

(...) territórios sem garantia de efetivação de direitos sociais. (...) é um território onde os investimentos do mercado formal são precários, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços. (...) um território de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado. (...) a favela é um

⁴Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, criada em 2001 e sediada no Conjunto de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, dedicada à produção de conhecimento e metodologias visando incidir em políticas públicas sobre as favelas e periferias e promover o direito à cidade.

território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira, configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica (Silva et al., 2009, p. 97).

Nesse sentido, entende-se que a não regularização dessas áreas ocupadas é também um possível investimento para o futuro, uma vez que surgindo o interesse de algum setor sob as mesmas, é muito mais fácil a remoção da população - física e legalmente. O Estado é central nessa dinâmica, primeiro investe em determinado local, modificando o espaço e valorizando-o, e depois também é o responsável pela remoção da população pobre de tal espaço. Através de suas intervenções, o Estado valoriza a área, criando as condições para que alguns grupos específicos, de faixas econômicas elevadas, consigam acessar tal espaço.

Por isso, conforme Furtado (2014), a gentrificação não deve ser entendida apenas como a melhoria dos espaços centrais ou mudança de velhas habitações para novas, mas sim como um processo relacionado a outros como o de reestruturação urbana, sendo uma resposta às contínuas necessidades de acumulação do capital. Assim, a produção do espaço é o movimento de reorganizar o espaço urbano existente para atender às demandas postas. E esta reorganização do espaço urbano não é um movimento auto regulado, necessita da mediação do Estado.

Transformar o espaço urbano não significa criar uma nova estrutura, mas sim transformar a estrutura já existente, uma vez que mudar uma localidade reverbera em toda a dinâmica de suas adjacências (Furtado, 2024, p. 359). Viabilizando o controle estatal no processo de reestruturação do espaço urbano estão instrumentos como “taxação, confinamento do padrão de assentamento em determinadas localizações, determinadas pelo zoneamento e outras regulamentações que asseguram sua compatibilidade com um padrão geral” (Furtado, 2014, p. 360). É então que em um movimento legalmente respaldado, criam-se impedimentos para certos grupos acessarem determinados espaços através de restrições do uso do solo, para além disso outros instrumentos como “políticas governamentais locais de zoneamento, seleção de moradores para alocação de determinadas áreas, relocalização de moradores irregulares, provisão de espaços de lazer e localização de escolas e demais usos urbanos, em relação ao transporte público” (Furtado, 2014, p. 360).

1.2 A questão urbana na realidade brasileira

*Um cortiço! exclamava ele, possesso. Um cortiço!
Maldito seja aquele vendeiro de todos os diabos! Fazer-*

me um cortiço debaixo das janelas!... estragou-me a casa, o malvado!
 (O cortiço)

É preciso destacar que a questão agrária e a questão urbana são intrinsecamente conectadas e historicamente entrelaçadas, ambas tangidas pela totalidade das relações sociais (Barros; Guimarães, 2019). Portanto, apesar de serem distintos, os processos são complementares, se iniciaram no campo, e ao longo da história tiveram seus desdobramentos na cidade.

Ao mesmo tempo, evocar o passado colonial do Brasil demanda entender que o capitalismo está intrincado ao escravismo e que, logo, as relações sociais do país são ancoradas na desigualdade de raça e classe, perpetuando-se materialmente através da divisão e ocupação do espaço.

Fazendo um breve resgate histórico, a problemática da divisão desigual do espaço no Brasil se iniciou com o processo de colonização. A princípio, as terras eram distribuídas pela Coroa aos mais nobres ou apenas ocupadas (Ferreira, 2005), de maneira que a terra ainda não era tratada como moeda comercial, no entanto já ficava explícito o privilégio da classe dominante. Porém, a partir de 1831 uma série de mudanças a nível mundial resultou na transformação da terra em mercadoria.

Em 1831, devido às imposições inglesas, foi proibido o tráfico negreiro, apesar de no Brasil essa realidade só ter se concretizado em 1850. Não coincidentemente, no mesmo ano foi decretada a Lei de Terras, que tornava a terra propriedade privada, ou seja, objeto de comercialização, e o Estado ainda não tinha definições rígidas acerca da ocupação da mesma (Maricato, 1997 apud Ferreira, p. 2, 2005). Então, em 1888 houve a abolição da escravidão e a definição do *status*, que era baseado no quantitativo de escravos, passou a ser a posse de terras.

Ao analisar todas essas modificações na legislação brasileira, fica nítido como elas se complementam. Com a proibição do tráfico negreiro, conseguir novos escravos se tornou muito caro aos senhores das fazendas e, concomitantemente, chegavam muitos imigrantes europeus, estes passaram a trabalhar nas fazendas em regimes análogos à escravidão (o Sistema de Parceria). No mesmo período os latifundiários iniciaram o processo de ocupação

de terras, expulsando muitos dos pequenos proprietários rurais de suas posses, tirando-os do posto de colonos, transformando-os em força de trabalho barata das grandes fazendas (Ferreira, 2005).

Todo esse processo, mesmo ocorrendo no campo, afetou a dinâmica de apropriação do solo urbano (Ferreira, 2005), pois os centros urbanos já estavam formados e ocupados pelos trabalhadores que migraram do campo e se instalaram nas cidades durante e até mesmo antes do processo da industrialização cafeeira (Silva, 1991 apud Ferreira, 2005). Partindo do exemplo das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, com o fim da escravatura a malha urbana já era ocupada por imigrantes europeus e pela população branca e livre.

No período final do século XIX o Rio de Janeiro era a capital do país e São Paulo a sede administrativa da produção cafeeira, tornando-os então atrativos, de forma que no Rio de Janeiro, em 1890, já contava com meio milhão de habitantes (Ferreira, 2005). Assim, no campo, com a recém liberdade dos escravos e utilização da força de trabalho livre branca migrante em detrimento da negra, houve um afluxo também da população recém-liberta para as cidades, sendo um marco do processo de segregação no espaço urbano.

Nesse processo, ao chegar nos centros urbanos a população negra, expulsa das senzalas (Barros, Guimarães, 2019), ocupou os espaços disponíveis de acordo com suas condições. A exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, ainda haviam muitos espaços centrais disponíveis para moradias, porém como aponta Ferreira (2005, p. 6), “reproduzia-se na cidade a mesma diferenciação social resultante da hegemonia das elites que se verificava nos latifúndios”.

Por isso, em muitas cidades pelo país foi comum o movimento de expulsão dos mais pobres para as margens da sociedade, ancorados em argumentos higienistas, por conta dos surtos de doenças contagiosas nos cortiços onde essa população vivia. Nesse sentido, o Estado passou a agir em diferentes frentes de combate que perduraram, como “legislação, planos de saneamento básico e estratégia de controle sanitário - , que são a origem da intervenção estatal no controle da produção do espaço urbano e da habitação” (Bonduki, 1998 p. 33 apud Ferreira, 2005, p. 10).

O capital constantemente procura meios de expansão da sua acumulação através da mercantilização, inclusive dos espaços urbano e rural, apropriando-se assim da terra, da cidade e até mesmo das moradias (Barros; Guimarães, 2019). Nesse sentido, o movimento

exponencial do modo de produção capitalista resulta em transformações no espaço e, consequentemente, nas relações sociais neles reproduzidas (Barros; Guimarães, 2019). Partindo do entendimento do caráter expansível (Barros; Guimarães, 2019) do capitalismo, em que “se expressa ‘a missão histórica da burguesia’ na fórmula ‘a acumulação pela acumulação, produção pela produção’” (Harvey, 2005, p. 41-42 apud Barros; Guimarães, 2019, p. 105), pode-se apreender a produção de valor agregada à terra e as relações sociais que se estruturam a partir desse movimento.

Dessa maneira, a forma de apropriação dos espaços urbano e rural se renova, resultando em diferentes organizações socioespaciais, o que tem consequências diretas para a classe trabalhadora. Como mencionado, o solo nas cidades tem seu valor determinado por sua localização (Ferreira, 2005), de forma que os terrenos que estão localizados em regiões centrais, de fácil acesso, com infraestrutura, próximos a centros comerciais e meios de transporte, são os mais valorizados.

Por essa razão é que a malha urbana central é inalcançável para as classes subalternizadas, desde a instauração da Lei de Terras, quando passou a ser possível regulamentar as definições de ocupação da terra urbana. Este movimento tem sido realizado com excelência pelo Estado ao longo dos anos, estipulando regras de adequação das moradias que são impossíveis de serem cumpridas pelas classes pobres. Reafirmando como a política de acesso à terra sempre atuou de forma a assegurar a hegemonia da classe dominante (Ferreira, 2005).

Na dinâmica da cidade, o que cria valor a uma localização é justamente o território que a circunda e a infraestrutura que a engloba (Ferreira, 2005), ou seja, o Estado, a partir do fundo público⁵, investe em intervenções urbanas que valorizam ainda mais as áreas elitizadas em detrimento de realizar intervenções de melhoria da infraestrutura básica em bairros que realmente necessitam.

O proletariado urbano (Ferreira, 2005, p. 9) - formado pelos ex-escravizados e imigrantes europeus - , até o início de 1930, era contemplado no âmbito habitacional apenas pela iniciativa privada. Eram alocados em vilas, moradias de aluguel, dentre outras moradias mais baratas, porém como essas habitações eram um “benefício” que englobava os

⁵ O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras, etc. (Salvador, 2010)

funcionários públicos e assalariados, continuou sendo uma demanda de um grande contingente de trabalhadores informais, a quem restavam apenas os cortiços (Ferreira, 2005).

Reforçando a teoria de Silva (1989 apud Barreto, 2010, p. 37), entende-se o espaço urbano “enquanto um processo que é determinado pela dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas numa determinada formação social”. Portanto, a partir da década de 1930, com a redefinição do modelo econômico passando do agroexportador para o industrial, a força de trabalho exige, para garantia de sua reprodução nas cidades, o acesso a uma ampla rede de serviços como “saúde, educação, assistência, lazer e habitação” (Barreto, 2010, p. 38).

Todo esse processo de reconstituição do urbano intensificou a contradição de classes no âmbito de acessar a cidade, isto é, “o espaço é cada vez mais socializado e a apropriação do produto da cidade é, no geral, privada, prevalecendo à força econômica e política” (Silva, 1989 apud Barreto, 2010, p. 38). Também resultante desse crescimento urbano, foi o movimento migratório de muitos trabalhadores do campo para a cidade em busca de maiores ofertas de trabalho. Esse grande deslocamento de massas somado ao despreparo urbano para receber esse contingente, agudizou ainda mais o processo de instalação da população nas periferias das cidades.

Portanto, concomitante à urbanização intensa brasileira, acentuou-se a precariedade das condições de vida da classe trabalhadora, inclusive no âmbito habitacional. Silva (1989, p. 27 apud Barreto, 2010, p. 39) aponta que “à população pobre só resta uma opção: residir em áreas distantes do local de trabalho, onde os serviços são precários ou inexistentes”. Ainda nas palavras de Barreto (2010, p. 38), “o solo urbano passa a ser privilégio de alguns, enquanto a massa de trabalhadores oprimidos e explorados pelo sistema não tem acesso a habitação na cidade”.

Com a chegada de Getúlio Vargas à presidência, em 1930, resultando da combinação de um governo populista e da pressão das classes populares, as políticas de habitação foram assumidas pelo Estado, deixando de ser responsabilidade do setor privado. Porém, a política não foi pensada e executada o suficiente para responder às necessidades postas, foram poucas as moradias construídas e o aluguel deixou de ser uma possibilidade para muitos por conta dos altos preços, tendo como consequência uma ainda maior evasão para as regiões periféricas (Ferreira, 2005).

Já no período do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), a industrialização era o objetivo central do país, resultando na manutenção dos baixos salários dos trabalhadores. Nesse período, o Brasil já aspirava a unificação do mercado interno, anseio alcançado no final

dos anos de 1980 com as construções de estradas conectando todo o país, circulação de mercadorias, a mídia de abrangência nacional (Rolnik, 1990). Essa unificação em muito foi movida pelo forte processo de industrialização e crescimento do mercado de agricultura no país, o que influenciou o aumento da população urbana em diversas cidades médias. E, assim, a demanda habitacional ficou ainda mais expressiva (Ferreira, 2005), aumentando as regiões periféricas habitadas. O que aconteceu foi o fenômeno até hoje muito visto, o Estado não pensou na infraestrutura urbana mínima que propiciasse uma qualidade de vida e que pudesse acompanhar a modernização industrial. Como citado por Ferreira (2005, p. 15):

Francisco de Oliveira, (...), lembra como o incentivo à auto-construção (através da pouca presença do Estado, que deixou a cidade periférica crescer sem controle algum) foi uma fórmula capaz de assegurar uma morada mínima para a classe trabalhadora a preços baixíssimos, sem elevar o custo da mão-de-obra.

O Estado volta a se preocupar com as questões de moradia da classe trabalhadora quando a inquietação e mobilização popular pressiona expressivamente, a ponto de ameaçar até mesmo a coerção social (Ferreira, 2005). É quando, no período da ditadura civil-militar (1964-1985), foi construído e distribuído o maior número de moradias já visto no país até aquele momento, porém a qualidade não foi avaliada. Novamente os equipamentos sociais e infraestrutura não foram pensados ao definir a localização dessas moradias, além de também constituir uma política que não englobou as classes mais pauperizadas.

Então, o fluxo da população periférica para as regiões distantes das centrais, principalmente para as áreas irregulares, continuou. Como ressalta Ferreira (2005, p. 15), “com o tempo e o esgotamento dessas terras, restou à população mais pobre ocupar as únicas áreas onde estariam à salvo da ação do mercado: as áreas de proteção ambiental, como as beiras de córregos, os mananciais e as encostas”.

Em toda a história do Brasil a população sempre se mobilizou e demandou do Estado respostas frente a desigualdade de acesso, durante a ditadura houve um desmonte da mobilização da sociedade civil (Ferreira, 2005). No entanto, a partir de 1970 a mobilização sobre questão urbana voltou a se fortalecer exigindo acesso aos direitos sociais mais básicos, o acesso à cidade. Essa organização popular resultou na “Emenda Constitucional de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana”, adicionando à Constituição os artigos 182 e 183, que:

estabeleciam alguns instrumentos para o controle público da produção do espaço urbano e introduziram o princípio da chamada ‘função social da propriedade urbana’: imóveis situados na chamada ‘cidade formal’ geralmente se beneficiam de infraestrutura urbana (esgoto, água, luz, asfalto, etc.) custeada pelo poder público, e, portanto, por toda a sociedade; mantê-los vazios, a prática recorrente dos especuladores, representa um alto custo social, assim exercer a função social da propriedade não é nada além de dar-lhes uso (Ferreira, 2005, p. 17).

Resgatando a citação de Ferreira (2005), durante os anos de 1970 era comum entre os trabalhadores a prática de autoconstrução de suas casas nos lotes populares, conforme pagavam as prestações dos lotes era comum a prática de construir outro cômodo, alugar para outro trabalhador, além de garantir uma segunda renda, fornecer um espaço de moradia para outra pessoa. Dessa forma, gerou-se o que Rolnik (1990) denominou de uma periferia autoconstruída. Porém, com a economia em crise, taxas crescentes de desemprego e índices de inflação, houve o “esgotamento do padrão periférico de crescimento”, aumentando outras formas de ocupação, como as favelas.

Nos anos de 1980, de acordo com Rolnik (1990), dos 120 milhões de brasileiros que responderam ao Censo, trinta milhões eram migrantes. Esse intenso processo migratório e de crescimento da população das cidades médias resultou do crescimento econômico e do maior número de empregos no setor formal, momento em que a população trabalhadora se assentou nos espaços urbanos.

Ainda neste período, o projeto urbano dos governos ditoriais se baseou na realidade da centralização de recursos a nível federal e internacionalização da economia, produzindo uma diversificação na população nos centros urbanos do país. Se intensificou a aparição, por todo o país, do que Rolnik (1990) denominou de “cidade paralela”, as favelas e periferias, que representou a “contradição da urbanização modernizadora” (Rolnik, 1990). Em sua política urbana, o governo da ditadura buscou centralizar os recursos e decisões a nível federal e os recursos destinados aos investimentos urbanos foram para a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), cujas taxas de juros para financiamento ainda eram excludentes para a parcela da população com renda inferior a cinco salários mínimos, que era justamente a camada que representava a maior parte do déficit habitacional.

Nesse momento, o BNH atuou enquanto “financiador da promoção imobiliária” (Rolnik, 1990), inclusive os municípios nesse período conseguiam financiamentos para investir na infraestrutura urbana, especialmente no saneamento e na estrutura viária. Como resultado, as terras nos centros urbanos ficaram cada vez mais caras, beneficiando o setor imobiliário e empurrando as classes subalternizadas para as periferias das cidades. Nesse mesmo período a política urbana teve como discurso o planejamento urbano que defendia o “desenvolvimento integrado”, visando manter a unificação dos investimentos nacionais o que, somado ao processo de esvaziamento do poder legislativo e a desarticulação da sociedade civil (Rolnik, 1990), resultou em um planejamento técnico, centralizado e limitado que não correspondia às especificidades municipais.

Assim, para acessar a mesa centralizadora de decisões visando beneficiar a cidade, seus representantes utilizavam de instrumentos de cooptação, corrupção e lobby. Para Rolnik (1990), a politização sobre a questão urbana é concomitante à constituição do território popular, uma vez que a cada novo bairro periférico que se formava, logo era preciso os moradores se organizarem reivindicando os serviços básicos: água, luz, transporte e saneamento. Inclusive, a autora entende esse período pós-ditadura como marcado pela volta do clientelismo⁶, pois no retorno democrático os bens e serviços urbanos passaram a ser usados como barganhas pelos políticos em sua relação com os representantes da sociedade civil para assegurar votos. Dessa maneira, normalizou-se tal dinâmica: a intervenção dos representantes do poder público nas cidades se dava conforme suas relações pessoais com as lideranças comunitárias.

Por outro lado, as lutas sociais por moradia no Brasil se iniciaram nos anos de 1970, durante a ditadura, e tinham como pauta, além da moradia, regularização fundiária, saúde e saneamento (Ferreira, 2012). Mas foi no período de redemocratização do país que esses movimentos de moradia se articularam a outras organizações e movimentos, como sindicatos, universidades e ONGs (Ferreira, 2012), construindo uma rede de reforma urbana a nível nacional, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), que foi essencial na construção e conquista de notórios marcos legais.

Durante este período, a rede de reforma urbana logrou a conquista de marcos legais na direção do direito à cidade como, por exemplo, a inclusão, em 2000, do direito à moradia como um direito social fundamental na Constituição Federal do Brasil e a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, referência para a regulação do uso do solo e a implementação de uma política fundiária urbana (Ferreira, 2012, p. 2).

Com a organização dos movimentos populares em todo o país no contexto da elaboração de uma nova Constituição, múltiplas entidades e movimentos pela moradia se reuniram e seguiram “pautando junto aos governos uma plataforma que tem como princípios a função social da propriedade e da cidade, a política urbana redistributiva e a gestão democrática e participativa das cidades” (Ferreira, 2012, p. 5).

A Constituição englobou poucas propostas do FNRU, mas influenciou fortemente nas políticas urbanas implementadas pelos estados e prefeituras progressistas a partir da década de 1990 (Ferreira, 2012).

⁶ No clientelismo, a relação de troca pode ser entre político e político ou político e cidadão. No caso do apoio entre políticos há oferta de cargos públicos para amigos e parentes entre as partes envolvidas. Quando se trata da relação político-cidadão, as propostas são diversas: de vaga em hospitais, a cestas básicas (Demetrio, 2021).

Após o contexto de avanço das lutas sociais nos anos de 1980, da promulgação de uma nova Constituição Federal, que incorporou importantes direitos sociais e espaços de participação política, vamos compreender as inflexões no plano político e econômico proporcionados pela conjuntura dos anos de 1990. Para isso, é preciso um breve resgate acerca da concepção neoliberal de Estado e sujeito.

Inicialmente, é preciso compreender as concepções de sujeito e de sociedade nas quais a ideologia neoliberal está fundamentada. Assim, o homem é considerado “atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista” e está inserido em uma sociedade “tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados, fundada na ideia natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado)” (Netto, Braz, 2006, p. 226).

Conforme os preceitos neoliberais, a presença do Estado deveria ser mínima, assim este deveria ser reformado⁷, que neste contexto implica na redução da dimensão democrática da intervenção estatal na economia. No entanto, como destacam Netto e Braz(2006), a diminuição estatal defendida pela ideologia neoliberal é unicamente no campo das funções coesivas que preconizam os direitos sociais, mantendo-se a forte atuação do Estado nas práticas de incentivo, proteção e regulação do mercado.

A influência do neoliberalismo no âmbito estatal se deu na regulamentação das relações de trabalho e logo em seguida avançou na redução, mutilação e privatização do sistema de seguridade social (Netto, 2006, p. 228). Na economia, as intervenções se caracterizaram pela privatização das empresas estatais e consequente transferência da riqueza gerada pela massa de trabalhadores para os grandes grupos monopolistas, mais especificamente para os países centrais, significando assim para os países periféricos além de tudo, um processo de desnacionalização da economia.

Endossando a análise de Netto e Braz (2006), Pereira (2006) evidencia a tendência crescente da avaliação de políticas de ingerência privada que resultou no processo de rebaixamento da qualidade de vida e cidadania da população. Nos anos de 1990 no Brasil as políticas neoliberais mudaram as táticas, passando a ter como princípios básicos a liberação, desregulamentação e reformas estruturais, inclusive através da reestruturação institucional (Pereira, 2006, p. 160). A presidência de Fernando Collor de Mello foi decisiva para a consolidação do cenário econômico favorável às tendências neoliberais.

⁷ A palavra reforma, a partir dos anos de 1980, não tinha mais o sentido de conjunto de mudanças para ampliar o direito do trabalhador, mas sim destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais, se caracterizando enquanto processos de contra-reforma (Netto, 2006).

Em seu mandato, Collor tomou medidas que aprofundaram a fragmentação e descoordenação institucional, desmantelando a área social a partir de sua organização interior. Além disso, resgatou o assistencialismo⁸ e reforçou a prática clientelista; era resistente na aprovação de custeios referentes à seguridade social, protelava a concessão de benefícios previdenciários, dentre diversas outras decisões de desmonte do sistema de proteção social (Pereira, 2006, p. 164).

Ainda na lógica neoliberal, conforme Faria (2017), a política deixa de ser mediadora dos conflitos entre as forças sociais, passando a atuar na lógica mercantil, incentivando a competição. O capital financeiro se constitui enquanto tendência crescente do capitalismo, que especula as riquezas nacionais, articulando cada vez mais o Estado nacional ao mercado internacional. É justamente visando garantir o comprometimento com a livre iniciativa que o Estado desarticula e suprime os movimentos sociais e a participação social. Logo,

os Estados passam a competir entre si (...) e aplicar o modo empresarial de gestão: transferem responsabilidades para a iniciativa privada e sujeitam as políticas públicas à normatização numérica, afastando-as da abordagem política. Com isso a cidadania é entendida mais como provimento de bens e serviços básicos do que como participação efetiva dos sujeitos na construção de direitos e deveres sociais, consolidados pelo pacto social vigente. Há o esvaziamento da esfera pública seguido do esvaziamento político de cidadania (Faria, 2017, p. 177).

Para além das influências materiais e concretas do Estado neoliberal nas dinâmicas econômica e social, também há o impacto da ideologia neoliberal em um nível mais abstrato. Como o Estado já não garante o acesso a serviços básicos, responsabiliza-se unicamente o indivíduo no seu sucesso ou não no mercado de trabalho. É a inauguração do novo sujeito na sociedade, o sujeito neoliberal, uma vez que ele mesmo precisa se “autogerir” (Faria, 2017). Almeja-se uma maior produtividade, independente dos impeditivos fisiológicos; com a ampliação dos campos de psicologia, farmácia e medicina para responder às expressões da questão social resultantes do processo de trabalho, o indivíduo pode produzir cada vez mais. Ainda nesse sentido, a racionalidade incentiva a individualização, combate as coletividades políticas e desmobiliza os espaços de decisão política (Faria, 2017).

A ideologia neoliberal impactou também o campo do urbanismo de modo que, pôr em prática as diretrizes contidas nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 era difícil. A desresponsabilização do Estado resultou na falta de elaboração de políticas sociais que respondessem às demandas da questão urbana como acesso a moradia e saneamento. Porém, a

⁸O assistencialismo é, portanto, uma prática de dominação e, quando se torna vitorioso, produz a manipulação. Pelo valor da, entre aspas, gratidão, os assistidos se vinculam ao titular das ações de caráter assistencialista. Trata-se de uma prática que estimula a subserviência e a troca de favores (Fialho, 2020).

população era articulada e se mobilizou em lutas pela defesa de mudanças no marco legal de uso e ocupação do solo (Maricato, 2003) e, não obstante, foi o período em que governantes de caráter mais democrático foram eleitos. Ao longo dos anos, Maricato (2003) apontou que houve ganho na regularização urbanística e jurídica das ocupações ilegais pelo país, no entanto o déficit no provimento habitacional permaneceu, o Estado foi incapaz de gerar alternativas para evitar que a população precisasse invadir terras para morar, então o caminho foi regularizar essas terras.

Após essa conjuntura de enfrentamentos e mobilização popular, criou-se o Estatuto da Cidade, em 2001, que delibera sobre o uso de instrumentos para as prefeituras terem um maior controle sobre a dinâmica urbana à nível municipal, dentre esses o Plano Diretor. A princípio, o Plano Diretor deveria “assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas” (Brasil, 2001). No entanto, atualmente é revestido de aspecto tecnicista, beneficiando o cumprimento dos interesses da classe dominante e afastando-se de sua proposta inicial (Maricato, 2003).

A falta de implementação de políticas urbanas de habitação, saneamento e transporte, áreas preteridas há muitas décadas, continuaram sendo uma questão. Através desse resgate, percebe-se como, ao longo da história do país, a conjuntura e estrutura existentes têm corroborado para que as classes dominantes mantenham sua hegemonia. Por conseguinte, a classe dominada foi sendo escanteada para as margens das cidades, sendo caracterizadas por “construções precárias, terrenos em áreas de risco ou de preservação ambiental e habitações com área útil insuficiente para a quantidade de moradores” (Barros; Guimarães, 2019, p. 109), ou seja, sem a mínima infraestrutura: saneamento, água de qualidade encanada, acesso a transporte e uma moradia digna.

Conforme colocado por Barreto (2010), o déficit habitacional existente nas cidades é resultado de um processo histórico e só piorou por conta da não existência de políticas habitacionais que contemplam a parcela da população que realmente delas necessita.⁹ É claro, o desinteresse na elaboração de políticas de habitação eficazes não é por acaso, uma vez que a

⁹ O Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi incluído no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) em 2009 como maior programa habitacional da história do país, assumindo um discurso de melhoria das condições de vida da população e crescimento econômico do país. Porém, desde o início do Programa, foram preconizados os interesses políticos e das construtoras civis em detrimento da diminuição das desigualdades sociais. Dentre as falhas no Programa está o foco no quantitativo ao invés do qualitativo das moradias, que resultou na escolha dos terrenos mais baratos - também os mais distantes - para a população de renda baixa, afastando essas pessoas de uma boa infraestrutura. Além disso, criou-se a Faixa 4 do MCMV e a maior parte dos gastos públicos foi redirecionado para essas pessoas, esvaziando a proposta inicial do Programa (Inglês, Ling, 2025).

terra na sociabilidade capitalista, é valorizada conforme o valor das mercadorias que pode produzir (Barreto, 2010). E, uma vez que tem alto valor, inicia-se um processo de apropriação do capital, investimentos para valorização e então a classe trabalhadora não consegue arcar com seu valor, compulsoriamente sendo empurrada para terras desvalorizadas e sem investimentos.

Assim, o ciclo de produção no sistema capitalista cria a segregação espacial, inclusive para autores como Marques e Torres (2005 apud Barreto, 2010, p.40), “a separação e a desigualdade de acesso se constroem e reconstroem mutuamente. Esses processos são indissociáveis e precisam ser pesados dinamicamente”. Para exemplificar, a parcela mais pobre da população ocupa espaços que não possuem serviços básicos ou, quando existem, são em localidades precárias, logo, no mesmo processo, essa segregação de classe no espaço resulta no desigual acesso a serviços, mas é também justamente esse acesso desigual que materializa tal segregação. Em outras palavras, “a localização da família no território da cidade vai determinar sua inserção ou exclusão social, pois a partir daí que é possível ter acesso ou não aos bens e serviços urbanos” (Silva, 1989 apud Barreto, 2010, p. 40).

2. AS DINÂMICAS DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BAIRRO DOM BOSCO

Apesar da totalidade na conformação do espaço urbano no modo de produção capitalista, há particularidades na formação desse espaço em diferentes contextos. Já foi discutida a formação do espaço urbano brasileiro, e, a partir disso, será analisada a formação da cidade de Juiz de Fora, mais especificamente do bairro Dom Bosco, e então, as transformações que vêm ocorrendo em seus arredores nas últimas décadas. Também será abordado o impacto de tais mudanças na visão da população moradora a partir da análise dos dados coletados na pesquisa..

2.1 A conformação do município de Juiz de Fora

É preciso delimitar que, conforme a estrutura da formação social brasileira, grande parcela da população pobre e impelida a ocupar as periferias urbanas é composta por pessoas negras. Nesse sentido, historicamente os corpos que ocupam esses espaços sem infraestrutura básica, nem acessos a serviços são os corpos negros.

No Brasil, a população negra representa 56% (...) quem são as pessoas que moram nas favelas, morros, nas beiras dos rios e trilhos, beira de represas das pequenas e das grandes cidades. Qual a cor dos corpos levados pelas enchentes, soterrados pelos deslizamentos e que são afetados pela escassez de alimentos nas cidades? (Belmont, 2023, p. 17)

A segregação da população pobre e majoritariamente negra vai além da falta de acesso à infraestrutura básica, se ampliando também para o distanciamento da cultura e lazer. E, como ressaltado por Barros e Guimarães (2019), o processo de urbanização no Brasil, visando mudar a imagem das cidades brasileiras, agregando a ideia de modernização e desenvolvimento, buscou afastar e esconder a pobreza o máximo possível.

As classes subalternizadas, como fruto da colonização e de como foi conduzida a abolição da escravatura, ocupam em sua maioria cargos em trabalhos informais. Conforme Barreto (2010), o negro absorvia apenas as atividades residuais do branco, ficando em ocupações mal retribuídas e degradadas. Assim,

o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema - com os que “não serviam para outra coisa” ou com os que “estavam começando bem por baixo” (Fernandes, 1965, p. 10 apud Barreto, 2010, p. 21).

Dificultando ainda mais o direito à cidade: morando em regiões irregulares, ocupando empregos sem qualquer garantia e respaldo como na Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT), com uma infraestrutura falha, sem boas condições de deslocamento. A sociabilidade burguesa impõe limitações de acesso à cidade mesclando elementos objetivos e subjetivos. A falta de condições materiais de acesso se entrecruza com a dominação ideológica, que insere a sensação de não pertencimento das classes subalternizadas a espaços frequentados pela classe dominante, além do movimento de desmobilização da classe trabalhadora através do contínuo desmantelamento de espaços de lazer e socialização.

Não só os imóveis em “boas áreas” têm preços exorbitantes, regras de ocupação inalcançáveis para a classe trabalhadora, de forma que os resta buscar moradia em bairros periféricos com condições precárias. Como também, nesses bairros não há incentivo à cultura, educação e lazer, de modo que cada iniciativa da população de construir espaços coletivos de socialização, que se situam em locais públicos e centrais, logo são desestruturados pelo Estado.

Para maior compreensão do lugar ocupado pelo negro nas cidades brasileiras, urge um resgate histórico racial. Com o fim da escravidão, a população negra enfrentou condições desiguais para competir no mercado de trabalho e consequentemente acessar a terra tanto no meio rural como no meio urbano. De imediato, muitos foram os negros que optaram por permanecer nas fazendas nas quais eram escravizados, uma vez que não tinham escolaridade para conseguir acessar empregos e não tinham dinheiro para arcar com os valores de uma moradia própria. Tal processo era vantajoso para os brancos fazendeiros, uma vez que poderiam continuar com a mão-de-obra, pagando salários insignificantes e aumentando o lucro em cima do trabalho dos negros.

Somente após o declínio da cafeicultura que houve o início da migração em grande fluxo para os centros urbanos, mas então o problema era outro, com a área central da cidade já ocupada pelos trabalhadores livres e imigrantes, os recém libertos precisaram ocupar os espaços sem infraestrutura às margens da área central (Barreto, 2010, p. 24). Esse foi o caso do bairro Dom Bosco, que não coincidentemente abarca áreas que são consideradas áreas de risco.

Devido às dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal em Juiz de Fora, como afirma Barreto (2010), a maior parte dos ex-escravizados se ocupou em atividades econômicas informais e autônomas. O Estado por sua vez cobrava impostos dos trabalhadores nessas atividades informais que já não rendiam alto lucro, dificultando ainda mais a sobrevivência dos mesmos no mercado de trabalho.

Barreto (2010) utiliza a pesquisa de Guimarães (2006) para compreender como essa população acessou as terras em Juiz de Fora e o estudo revelou que muitos dos negros receberam a propriedade das terras através de testamentos deixados pelos proprietários, tanto por crenças religiosas que pregavam a importância de fazer o bem, como por relações amigáveis que eram estabelecidas com os escravizados. Contudo, como muitas vezes tal transferência não era oficialmente registrada, aqueles que recebiam as terras poderiam tê-las expropriadas a qualquer momento. E então, “a luta pelo pedaço de chão se perpetua ainda hoje, através dos descendentes dos ex-cativos e imigrantes que não ascenderam socialmente” (Barreto, 2010, p. 27).

No início do século XX a industrialização chegou à cidade de Juiz de Fora, contribuindo para a urbanização e para diversos investimentos na infraestrutura, o que resultou na valorização do solo urbano e foi crucial na definição de qual lugar cada classe social ocuparia na cidade (Barreto, 2010, p. 28). Por volta de 1889 foram realizados diversos investimentos no município como construção de uma hidrelétrica, instalação de bondes, telefones, bancos e indústrias, mas o interessante é que não houve nenhuma intervenção pública de melhoria da infraestrutura urbana e dos serviços básicos, como muito bem destacado por Barreto (2010, p. 29).

É a partir desse processo de industrialização que surgem, de maneira mais expressiva, os problemas relacionados à habitação, pois este evoca as restrições no acesso à terra pelos trabalhadores que garantem o acúmulo do capital (Barreto, 2010, p. 29). A partir de 1920 o capital imobiliário passou a investir na venda de loteamentos de terras e os investidores exigiam do poder público investimentos nessas áreas visando sua valorização. Em Juiz de Fora, especificamente, o déficit habitacional só passou a ser uma questão de interesse quando as novas massas da população recém chegadas na cidade se juntaram à população das áreas centrais e buscaram refúgio nos loteamentos irregulares com invasões em áreas públicas e particulares e construção de moradias precárias (Alves, et al., 2002 apud Barreto, 2010).

Ao longo das décadas que se seguiram, os representantes do governo federal elaboraram diferentes programas habitacionais, porém nenhum deles realmente englobava a população mais pobre, sempre viabilizando financiamentos apenas para a população com rendimento de médio para alto (Barreto, 2010, p. 32). O marco da Constituição de 1988, apesar das promessas de um Estado mais democrático e de direitos, foi atravessado pelo projeto neoliberal de privatização e mercantilização de serviços à priori de responsabilidade estatal.

Com isso, os problemas relacionados à moradia também passaram a ser respondidos pelo mercado, portanto nas décadas de 1980 e 1990 houve a verticalização do centro de Juiz de Fora ao mesmo tempo em que se dava a horizontalização de sua periferia por conta da crescente valorização das terras nas áreas centrais. A partir desse movimento de organização dentro do espaço urbano delimitou-se a cidade legal e ilegal, foi nesse período que tiveram início projetos para o enfrentamento da questão habitacional, como afirma Barreto (2010).

Dentre as legislações criadas tem-se:

Legislação Urbana Básica (1996), a criação da Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora (1987) e o Fundo Municipal de Habitação (1989). A Empresa de Habitação desenvolveu alguns programas entre 1989 e 1992 (...) Entre 1993 e 1996, foram criados os Programas Habitar Brasil, Programa de Difusão de tecnologia para a Construção de Habitação de Baixo Custo e o Programa Nossa Lote (Barreto, 2006, p. 33).

Esses programas não foram o suficiente para sanar o déficit habitacional em Juiz de Fora, de forma que a ocupação irregular continuou e continua até os dias atuais. De acordo com dados do IBGE de 2022, no Brasil 16.390.815 pessoas, o equivalente a 8% da população, vivem em favelas, sendo 72,9% pessoas pretas (16,1%) e pardas (56,8%).

Assim, certas camadas da população se inserem no espaço urbano de maneira precária, ocupando locais sem infraestrutura, geralmente em terrenos muito altos e próximos a barragens e rios. É a partir do entendimento de todo esse processo que resultou na inadequação dos espaços de moradia das classes subalternizadas que é possível entender o surgimento das favelas e o crescimento das ocupações em áreas consideradas de risco ambiental (Barreto, 2010, p. 37).

2.2 A formação espacial do bairro Dom Bosco

No ano de 1856 a então Vila Santo Antônio do Paraibuna passou a ser chamada de Juiz de Fora. A cidade em seu surgimento teve como ponto forte o caráter industrial, porém, a partir da década de 1930 com a queda do mercado do café¹⁰, os serviços do setor secundário¹¹ foram se destacando. De acordo com Monteiro (2014), os aspectos urbanos e os econômicos sempre estão relacionados e, por isso, quando Juiz de Fora deixou de ser um centro industrial para ter como centro dinâmico da economia os setores do comércio e dos serviços, consequentemente o mercado imobiliário se tornou alvo de muito investimento.

¹⁰ Com a Grande Depressão nos Estados Unidos, este que era o principal importador de café do Brasil diminuiu o número de importação, desvalorizando o café no país e desencadeando uma crise. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/crise-de-1929> > Acesso em 19 de fev, 2025

¹¹ É a área de indústrias e construção civil, partem dos recursos obtidos no setor primário (Júnior, 2024)

Como resultado, deu-se início a verticalização das construções no centro da cidade e, por conseguinte, houve um processo de valorização das terras no espaço urbano juizforano, especialmente nas regiões centrais ou a elas circundantes. A partir dos anos 2000, o crescimento do setor terciário¹² também foi notório na cidade e às áreas da educação, saúde e comércio foram destinados muitos investimentos.

Dom Bosco é um bairro que surgiu na década de 1920, inicialmente sendo conhecido como “Serrinha”, em uma alusão às características de seu relevo. Como Juiz de Fora já havia se consolidado enquanto uma cidade polo industrial há algum tempo, sua região central já estava ocupada pela população de classes mais abastadas. E, portanto, com a abolição da escravatura (1888) o processo de evasão da população negra das fazendas resultou na necessidade de um local na zona urbana que acomodasse esse contingente. Na época, a área que hoje é conhecida como bairro Dom Bosco foi a escolhida e, apesar de inicialmente ser uma região na periferia da cidade, com o processo de urbanização, passou a ser uma localidade de interesse para certos setores de investimento.

Em 1926 foi fundada a então Maternidade Therezinha de Jesus, em 1960 o campus da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) foi construído, em 1994 foi inaugurado o Hospital Monte Sinai, assim o crescimento da cidade para a zona oeste suscitou a necessidade da construção de uma via direta que ligasse o centro à essa região¹³, assim foi construída a então Avenida Independência, que desde 2011 é nomeada Avenida Itamar Franco. Todo esse movimento resultou no tensionamento da relação dos moradores do bairro Dom Bosco com todo o seu entorno, pois, apesar de não ser mais caracterizado enquanto um bairro geograficamente periférico, ainda é uma periferia social em contato direto com as classes dominantes urbanas¹⁴ (Monteiro, 2014).

Nesse sentido, é interessante notar como a segregação não é apenas espacial, mas também social. Isto é, antes o Dom Bosco era um bairro geograficamente periférico e, portanto, havia uma clara segregação espacial, os moradores do bairro estavam distantes de diversos equipamentos e não conseguiam acessá-los. No entanto, com o crescimento da cidade em todo o seu entorno, o bairro tornou-se parte da região central geograficamente, mas, concomitantemente, ainda é socialmente segregado, haja vista que a população moradora segue sem conseguir acessar nenhum dos empreendimentos próximos.

¹² É composto pelas áreas de prestação de serviços e comércio de bens (Júnior, 2024)

¹³ Mapa do bairro e seus arredores em anexo.

¹⁴ Monteiro (2014) utiliza o termo “elite” para se referir à classe dominante de Juiz de Fora.

O Independência Shopping, inaugurado em 2008, e o hospital particular e a UFJF¹⁵ são instituições que os moradores das imediações próximas não acessam devido ao local que ocupam na estrutura social. Sendo assim, é uma segregação que se legitima pelo Estado por meio da sanção de legislações e de investimentos - ou da falta deles - além da constante desresponsabilização do mesmo e redimensionamento para as organizações da sociedade civil (OSCs), transferindo a responsabilidade para o setor privado. Inclusive,

trata-se de um processo dialético de discussão sobre a pseudo-racionalidade técnica, administrativa e intelectual do poder público e do capital imobiliário, ao pensar e produzir o urbano, que atrai investimentos e equipamentos para as proximidades dos bairros populares e legitimam o processo de territorialização do capital. Do ponto de vista formal, os altos impostos e a elevação do valor de troca dos imóveis gerados pelas ações do poder público articulado ao privado, contribuem para a especialização dos ditos processos de segregação socioespacial do Bairro Dom Bosco com seu entorno (Menezes; Monteiro, 2010 apud Monteiro, 2014, p. 142).

Por isso, apesar de estar no meio do caminho entre o centro e a região que corresponde à Cidade Alta - considerada uma zona de expansão urbana (Geraldo, 2011) - o Dom Bosco é um bairro que não é totalmente contemplado em serviços de infraestrutura, como saneamento básico, transporte, acesso à educação, saúde e lazer.

Reitera-se que, para Maricato (2001 apud Barreto, 2010), a falta de interesse com as moradias em situações precárias decorre do fato de estas se localizarem em áreas não valorizadas pelo capital imobiliário. Esse fenômeno, de acordo com Menezes e Monteiro (2010), é chamado de “processo desigual-combinado”, no qual a cidade apesar de receber investimentos tanto públicos quanto privados, é ao mesmo tempo falha no acesso aos direitos sociais mais básicos. É um movimento do Estado que visa ampliar o lucro, garantindo um crescimento econômico para a região, no entanto esse investimento não abarca toda a população igualmente, chegando nas classes subalternas apenas o suficiente para garantir a reprodução da força de trabalho.

Nesse ínterim, o Estado tende a isolar cada vez mais as classes mais pauperizadas, seja por meio de artifícios previstos em lei, burocratização dos procedimentos ou promessas políticas, amparado pela transferência de responsabilização. Por exemplo, no início da formação do bairro Dom Bosco a prefeitura não se incomodava com a ocupação¹⁶ dos

¹⁵ Apesar de a universidade ter espaços abertos para lazer que podem ser utilizados como as pistas de caminhada, academia ao ar livre, etc, grande parte da população que habita o Dom Bosco não consegue acessar educação de qualidade resultando na dificuldade de ingressar na universidade.

¹⁶ Conforme Monteiro (2014), o primeiro processo de loteamento do bairro, em 1937, foi feito por Vicente Beghelli e foi negado pela Prefeitura, mesmo assim foi dado seguimento nesse processo. Contudo também se tem notícias de construções datadas de antes desse primeiro loteamento.

moradores. Porém, com o crescimento da cidade para a região oeste, os terrenos foram regularizados, valorizados e os impostos que antes não existiam passaram a ser cobrados.

Ademais, com a valorização imobiliária na área, os impostos e contas aumentam de valor, além do mecanismo de mitigar os espaços públicos de comunhão e que apresentam forte significado para o histórico popular do bairro, como no caso do deslocamento da bica de água devido à construção do Centro Médico Monte Sinai, inaugurado em 2012, ou do famoso caso da retirada do campo de futebol da Curva do Lacet para higienizar as proximidades do Independência Shopping. Para além disso, a instalação desses equipamentos que a população não pode acessar é uma forma simbólica de reafirmar que o espaço não os pertence.

O processo de modificações no espaço que respinga negativamente na população local não é passivamente acatado. Conforme Monteiro (2014), Menezes e Monteiro (2010) e Barreto (2010), os moradores se organizam, mesmo que de maneira espontânea, para responder a essa ofensiva capitalista que sufoca suas demandas e necessidades. Inclusive, com o fechamento da única escola pública do bairro, que atendia ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio - Escola Estadual Dom Orione -, em 2009, a população protestou e tentou até o último recurso possível mantê-la aberta.

Outro momento de união da população frente a essa ofensiva foi com a remoção do campo de futebol do bairro, mas que acabou sendo desmantelado devido promessas realizadas pelo então prefeito Alberto Bejani, que não foram cumpridas. No entanto, foram feitas visando apaziguar os ânimos e esfacelar a organização popular que se formou (Monteiro, 2014). Desde a gênese do bairro, quando o Estado faltou, os moradores se organizaram através da união de família e vizinhos, por meio da autoconstrução das moradias, dentre outras atitudes de caráter solidário.

Se faz crucial destacar outro fenômeno proveniente do desenvolvimento da região do Dom Bosco, que é a heterogeneidade econômica desencadeada no bairro. Originalmente, era um bairro composto por uma população negra, que em sua maioria compunha a informalidade urbana¹⁷, no entanto, atualmente com a proximidade de certas ruas com bairros “elitizados”, as moradias irregulares se misturam às construções verticais de padrão mais elevado e a população pauperizada se mescla à uma população branca e de maior poder aquisitivo. Nota-se então que as regiões do bairro em que estão localizadas as construções mais nobres

¹⁷ Espaços com moradias irregulares, onde prevalece a ausência de equipamentos e serviços fundamentais de infraestrutura urbana (Barros; Guimarães, 2019, p. 109).

são também as regiões com acesso à infraestrutura de qualidade, com a passagem do caminhão de lixo, esgotamento sanitário, água encanada e circulação de ônibus.

Para além disso, conforme Monteiro (2014), os estabelecimentos existentes na área atendem às demandas destes setores econômicos privilegiados, pois o nível econômico das mercadorias e serviços está muito acima do padrão de consumo que os moradores periféricos alcançam. Em contrapartida, nas extremidades do bairro, principalmente na parte mais alta, o acesso é mais escasso tanto no sentido de infraestrutura, quanto em comércios. De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora, Lei nº 9811/2000, as Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), que possuem regras de ocupação e uso do solo específicas, são classificadas como “assentamentos desprovidos dos padrões mínimos de infraestrutura (água, luz e esgoto), acessibilidade, habitabilidade, ou por irregularidade na titulação dos lotes, o que as coloca numa situação de segregação social”.

O Alto Dom Bosco, composto pelos conhecidos Chapadão e Morro dos Cabritos (Monteiro, 2014) correspondem à duas AEIS de Juiz de Fora que, seguindo as diretrizes do Estatuto das Cidades, devem ser contempladas no Plano Diretor da cidade visando “a democratização do acesso à terra pela população de baixa renda, buscando garantir o direito à moradia digna para todos” (Cardoso; Ximenes, 2023).

Contudo, direito à moradia digna e democratização do acesso à terra são expressões que não condizem com a realidade vivida pelos moradores, as AEIS acabam servindo novamente apenas aos interesses do capital. Ao reconhecer zonas ocupadas e conceder regularização a essas áreas com o pressuposto de melhoria das condições de vida, o que acontece na realidade é a necessidade de pagamento de imposto e contas das residências que se encontram nessas áreas, beneficiando o Estado e, no entanto, as melhorias e a regularização da infraestrutura vão sendo postergadas e/ou ignoradas. Novamente, em um dicotômico movimento de modernização/regularização e reprodução/perpetuação de condições indignas de existência, violando todos os direitos de acesso à cidadania dos indivíduos invisibilizados pela dinâmica do modo de produção capitalista.

2.3 Metodologia

Este trabalho foi realizado com base na pesquisa qualitativa, por meio de entrevista com roteiro semi-estruturado. A pesquisa qualitativa trabalha com a realidade que não pode

ser analisada quantitativamente, ou seja, com fenômenos humanos enquanto parte da realidade social. Uma vez que, “o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (Minayo, 2007, p. 21). Esse tipo de pesquisa não permite a elaboração de estatísticas, descrição de fenômenos com mapeamento de regularidades, mas sim a postulação de significados a partir da interpretação do pesquisador.

Na elaboração de um projeto de pesquisa, a primeira fase representa o momento de delimitar o objeto, desenvolvê-lo teórica e metodologicamente, traçar um cronograma de ação e escolher um espaço e amostra qualitativa (Minayo, 2007). Então, a segunda fase é o trabalho em campo, que busca pegar o conhecimento teorizado e aplicá-lo ou tentar comprová-lo na prática através do uso de distintos instrumentos. No caso deste trabalho foram utilizadas entrevistas semiestruturadas individual e coletiva, e a observação participante.

É importante ressaltar ainda que o trabalho de campo não é neutro, é preciso que seja ancorado em um referencial teórico, além de já ter definidos seus aspectos de operacionalização (Minayo, 2007). Além disso, a própria entrevista tem como objeto a voz de um sujeito que por si só carrega consigo todo um sistema de valores, crenças e um contexto expressivo de sua condição de vida.

Nesse sentido, a entrevista que se constitui enquanto uma comunicação verbal, tem justamente a finalidade de construir referências pertinentes através das informações oferecidas pelo entrevistado. Neste trabalho a organização utilizada é a entrevista semiestruturada, que viabiliza uma maior liberdade do entrevistado para ir além das respostas esperadas, podendo discorrer de maneira mais livre (Minayo, 2007).

Assim, a riqueza da entrevista se encontra justamente na subjetividade que oferece, uma vez que a dinâmica deste instrumento reproduz a dinâmica da realidade na sociedade, as falas, lembranças e posicionamentos pessoais são ancorados em uma série de crenças, ideias, opiniões e comportamentos fundantes dos sujeitos (Minayo, 2007).

Durante a entrevista, conforme aptidão do pesquisador, é possível captar o que não é falado, mas que pode ser visto, compreendido através da percepção das minúcias do ambiente (Minayo, 2007). A este movimento de apreensão das informações para além do que é falado, denomina-se observação participante, que muitos pesquisadores entendem como um método por si só. Este viabiliza maior inserção do pesquisador na realidade social objeto de

investigação, permitindo maior entendimento da dinâmica do grupo específico, inclusive resultando na supressão de questões presentes no roteiro que percebem-se enquanto irrelevantes para o público-alvo (Minayo, 2007).

Neste trabalho foram utilizadas três diferentes metodologias, a observação participante (com a presença de treze pessoas), a entrevista semiestruturada individual (com uma pessoa), e a entrevista semiestruturada coletiva (com três pessoas). Em todos foi aplicado o mesmo roteiro, visando o enriquecimento da pesquisa, uma vez que através das diferentes metodologias empregadas, diferentes questões e pontos de vista podem surgir, já que as dinâmicas individuais e coletivas se distinguem muito. Apesar da vivência em comum no mesmo bairro, de perfil étnicoracial, de inserção no mercado de trabalho e mesmo de composição familiar, cada indivíduo faz uma leitura singular, a partir da exploração da subjetividade e da memória.

Para a fundamentação teórica da análise dos dados levantados foi utilizada a revisão bibliográfica de fontes que tratam da apropriação capitalista do espaço, bem como da formação desse espaço na particularidade da sociedade brasileira. Para entender a formação do bairro Dom Bosco, no município de Juiz de Fora, foram usados artigos (Ferreira, 2005); monografias (Geraldo, 2011); e dissertações (Monteiro, 2014), (Vale, 2012), (Barreto, 2010) disponíveis nas bibliotecas e no repositório institucional da UFJF. A universidade possui importantes produções científicas e estudos focalizados no bairro e as produções de referência foram desenvolvidas nos programas de pós-graduação das faculdades de geografia e serviço social.

Enquanto complemento da pesquisa, foram usados o Mapa Rápido Participativo (MRP) e o Perfil Socioeconômico, duas metodologias de produção de informações urbanas e sociais, coletadas a partir da observação do espaço e de breves entrevistas com a população moradora, e de perguntas que buscam compreender as principais características demográficas e socioeconômicas da população. O MRP é uma metodologia criada em um programa da prefeitura do Rio de Janeiro e implementada nas favelas enquanto uma ferramenta de monitoramento dos programas de urbanização (MRP, 2022, p. 18,). Além disso, observar os dados obtidos no site GeoReDUS 2022 - plataforma pública de dados intraurbanos abertos e georreferenciados de moradia, população, saúde, educação, infraestrutura e serviços urbanos -, possibilitou o complemento das análises das respostas adquiridas através das entrevistas.

Para além disso, com todas as informações coletadas, foi possível uma caracterização mais apurada da população moradora do bairro Dom Bosco, indicando o perfil étnico-racial, socioeconômico, de gênero, de emprego, de moradia, dentre outros. A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de entrevista com roteiro semi-estruturado, com os participantes do projeto Nucleação do Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o processo de envelhecimento da UFJF.

Logo, o perfil do público entrevistado é de idosos¹⁸, em sua maioria negros, todos moradores do bairro Dom Bosco e usuários da Associação Espírita do Grupo Semente, que também funciona enquanto Centro de Referência¹⁹ do bairro em uma parceria com o Cras (Centro de Referência da Assistência Social). A maioria dos entrevistados são também pessoas pobres, aposentadas e que trabalharam a vida toda em empregos informais ou em postos de trabalho majoritariamente dedicados a pessoas negras, como serviço doméstico, serviços gerais e segurança.

O público alvo da pesquisa é bem delimitado, se tratando de pessoas que viveram quase toda a vida no bairro Dom Bosco e têm uma visão mais ampla de todas as transformações que ocorreram. Por isso, optou-se pela estrutura de roteiro de entrevista que suscitasse elementos da memória.

De acordo com Dores (2017), a pesquisa através da memória é ancorada no subjetivo e devem ser feitas algumas considerações como a ideia de que a memória não é um fenômeno individual, mas coletivamente construída (Pollak, 1992 apud Dores, 2017). Para além disso, deve-se compreender que, apesar de ser uma construção coletiva, não exclui seu caráter subjetivo, entendendo assim que os sentimentos, valores, religião, ideologias e contexto geral de vida do entrevistado influenciará no modo que se recorda e narra suas vivências, como destacado por Dores (2017).

Nesse sentido, Bosi (2003) aponta elementos importantes sobre a memória na reconstrução da história das cidades e espaços por uma visão da percepção das mudanças sutis do cotidiano. Esses destaques se dão através de falas como, “cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história”; “os bairros têm

¹⁸ De acordo com Bosi (2003), cada geração tem as próprias memórias acerca dos acontecimentos da sua cidade, portanto é preciso ressaltar que devido ao perfil dos entrevistados, há neste trabalho um marco geracional que implica na relação que a população moradora estabelece com o território durante a passagem do tempo.

¹⁹ A associação espírita do “Grupo Semente” presta serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Oferece aos idosos oficinas de inclusão digital, dança, musicalização e roda de conversa.

não só uma fisionomia como uma biografia”; “nas histórias de vida podemos acompanhar as transformações do espaço urbano” (Bosi, 2003, p. 70).

Conforme Minayo (2007), às vezes no coletivo a memória de um indivíduo instiga a do outro, ou até mesmo a contrapõe, já que ao recontar uma história do passado o sujeito conta a partir de seu ponto de vista, suas crenças e todo contexto individual que carrega. “Entendemos campo, na pesquisa qualitativa, como o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação” (Minayo, 2006 apud 2007 p. 62).

Assim, uma vez compreendidas as especificidades da memória, ao relacionar aos demais elementos que compõem o roteiro, os dados resultantes das pesquisas socioeconômicas e do MRP, surgiram informações ricas sobre a percepção da população moradora do bairro Dom Bosco em relação às transformações em seu entorno ao longo dos anos.

O contato inicial para as entrevistas foi feito diretamente com a instituição e ficou a cargo da mesma comunicar aos idosos sobre o trabalho e repassar a relação daqueles que teriam interesse em participar. Então, foram agendadas duas entrevistas em semanas distintas, a primeira sendo individual e a segunda sendo a entrevista coletiva. Já a observação participante foi realizada em um dia de atividade do “Nucleação²⁰”. As atividades acontecem semanalmente, com duração de uma hora, os participantes são idosos já vinculados ao Grupo Semente e a aderência varia a cada encontro, as ações desenvolvidas no “Nucleação” são pautadas em rodas de conversa e atividade lúdicas com os idosos sobre temas que lhes interessam ou perpassam suas vivências. Assim, diferente das entrevistas, que foram em uma sala separada, a observação participante deu-se durante um encontro do “Nucleação”, as perguntas eram feitas e os presentes que se sentissem à vontade para respondê-las, o faziam.

Os nomes de todos os entrevistados foram suprimidos a fim de preservar o caráter anônimo dos envolvidos, garantindo o sigilo. No início de todas as entrevistas foi explicado aos participantes o tema e objetivo da pesquisa, além disso, todo o processo foi gravado e transscrito com o consentimento dos entrevistados. Também foi devidamente elaborado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),²¹ por todos que participaram das entrevistas e da observação participante.

²⁰ Nucleação do Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o processo de envelhecimento nos bairros de Juiz de Fora, atualmente localizado no bairro Dom Bosco.

²¹ Que está anexado ao final deste trabalho.

As temáticas evidenciadas ao longo das entrevistas serão analisadas com base em referências bibliográficas que adensem os debates suscitados. A identificação de falas dos entrevistados será de acordo com a metodologia empregada, acontecendo da seguinte forma: E1 (Entrevistado 01 - entrevista individual); E2 (Entrevistado 02 - entrevista coletiva); e E3 (Entrevistado 03 - observação participante).

2.4 Análise das entrevistas

Que vai de graça pro presídio

E pra debaixo do plástico

E vai de graça pro subemprego

E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado é a

carne negra

(Elza Soares - a carne)

Nas entrevistas realizadas observou-se a predominância de certos temas nas respostas dos entrevistados, portanto foram destacadas as temáticas que captaram a relação entre os aspectos subjetivos da percepção do espaço urbano e a objetividade das transformações no bairro. A afinidade dos temas em evidência devem-se ao perfil em comum dos entrevistados, que para além de moradores do bairro Dom Bosco, são em maioria pessoas negras, aposentadas, mulheres, pauperizadas e que vivem no bairro desde a infância.

Para contribuir na caracterização do bairro Dom Bosco, foram utilizados os dados do MRP. Para uma análise efetiva, o mapa partiu das oito regiões de planejamento da cidade de Juiz de Fora, conforme previsto no Plano Diretor Participativo de 2018. A estas regiões o MRP denominou macroterritórios e nestes encontram-se os microterritórios baseados nas áreas de atuação do projeto. A partir dos microterritórios ainda foram pensadas microáreas, devido a similaridades e diferenças de cada parte de um mesmo microterritório. As informações que a equipe do MRP coletou são baseadas nos seguintes temas: melhoria urbana e risco ambiental; sinalização das vias e serviços postais; infraestrutura para mobilidade; acesso aos meios de transporte coletivos; padrão das moradias; abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem de águas pluviais; coleta de lixo; fornecimento de energia elétrica; iluminação pública; espaços e equipamentos públicos (MRP, 2022, p. 23). Estes

temas foram os indicadores para análise do nível de precariedade das áreas, sendo 0 o valor mais precário e 5 o valor que indica as melhores condições.

O macroterritório do centro é composto por alguns microterritórios, dentre eles o Dom Bosco. Ao analisar os dados do macroterritório em que se encontra, é possível notar que o bairro tem um histórico com desastres ambientais, principalmente em períodos de chuva. Inclusive, conforme o MRP, foram os próprios moradores que se mobilizaram e construíram intervenções de drenagem para lidar com uma encosta que sofria com deslizamentos de terra sempre que chovia (MRP, 2022, p. 35).

Além disso, no quesito coleta de lixo, foi identificado um grande acúmulo de entulhos nas encostas e vegetações do bairro. Também foi apresentado no relatório a dificuldade dos moradores de áreas mais altas do bairro, como o Alto Chapadão e o Morro dos Cabritos, de chegar até os pontos corretos de descarte dos resíduos, as caçambas espalhadas pelos microterritórios acabam sendo insuficientes, resultando na dispersão de materiais descartados de forma indevida.

Em relação à mobilidade urbana, desde a criação da UFJF, bem como dos demais empreendimentos que foram sendo construídos nos arredores do bairro, resultou na defasagem dos serviços de transporte. O número de linhas acaba não sendo o suficiente para abranger a população moradora, levando em conta a quantidade de pessoas que precisam se deslocar para estudar ou trabalhar nas proximidades. Além disso, conforme os dados colhidos no microterritório do Morro dos Cabritos, as linhas de ônibus não circulam devido ao declive das ruas, o que por si só já sobrecarrega os coletivos (MRP, 2022, p. 36). Outro dado que chama atenção é em relação ao indicador de esgotamento sanitário, que no macroterritório do centro varia entre os piores e melhores índices.

Através de dados obtidos no site GeoReDUS 2022, foi possível notar que as piores condições de acesso a serviços no bairro Dom Bosco são nas moradias localizadas na área do Alto Dom Bosco. A rua Cruzador Bahia é o único ponto do bairro onde se encontram moradias sem acesso à rede geral de abastecimento de água (correspondendo a 8% das moradias do bairro). Já acima da rua Cruzador Bahia, na parte mais alta do bairro, é onde estão sobrepostas as moradias que têm maior número de moradores por domicílio, sendo 6 ou mais moradores em 5% das residências, e cujas moradias apresentam falta de acesso à esgotamento sanitário, correspondendo a 2% das moradias do bairro.

Os dados que abarcam o acesso à coleta de lixo nas residências, não foram coletados na parte do bairro que vai da rua Vicente Beghelli até a parte mais alta, que corresponde à região

do Alto Dom Bosco. Nessa mesma região, 4% dos domicílios não têm acesso à iluminação pública.

O Dom Bosco forjou-se a partir da ocupação de moradores em sua maioria negros e com vínculos de trabalho informais que, visando uma moradia nas proximidades da região central da cidade, viram no bairro uma opção (Barreto, 2010), haja vista que os lotes foram quase que concedidos, pois os preços cobrados foram baixos, viabilizando que essas pessoas pudessem arcar com o pagamento. Além do fato de ser localizado em uma área que era dominada por minas e bicas, propiciando o acesso à água para a satisfação das necessidades básicas de todos.

Sobre este processo de formação do bairro e sua conformação racial, algumas entrevistadas fizeram os seguintes relatos:

Aqui era uma fazenda onde que escondiam alguns escravos vindo lá de Lima Duarte pra consultar ali na Santa Casa. Então eles escondiam ali nessa fazenda. Mas depois esses senhores compraram essas partes, o meu avô ficou com as partes mais alta e o meu avô começou a vender os lotes, ele fez o loteamento e começou a vender. Como ele era vicentino, o lema do vicentino é a bondade, então ele vendia a perder de vista, a troco de banana.(E 02)

E uma coisa interessante que aqui no Dom Bosco a população é negra né. 50% negra porque foi o povo que conseguiu comprar os lotes do meu avô. Porque eles eram assalariados né. ... os outros aí pra baixo, o Antônio Giró, o Passarela, eram pessoas brancas, vendiam pra outro tipo de pessoas que tinham mais condição. Então quem não tinha muita condição era essa população de origem negra que veio pro Dom Bosco comprando lotes a perder de vista. Por isso o Dom Bosco tem mais pessoas negras.(E 02)

O processo de dificultar o acesso de pessoas negras à terra é histórico, desde a Lei de Terras em 1850. Entendendo que a abolição da escravatura estava prestes a acontecer no Brasil, proprietários de grandes porções de terras se articularam para estabelecer a Lei de Terras, visando inibir o acesso à terra (Barreto, 2010). Conforme Maricato (1997 apud Ferreira, 2005) sua promulgação foi o que diferenciou o solo público do privado no país. Assim, a população dividiu-se entre os proprietários de terras e aqueles que não tinham possibilidade alguma de comprá-las, os ex-escravizados (Ferreira, 2005).

Inclusive, a Lei de Terras influenciou também na apropriação do solo urbano, o acesso à terra foi regulamentado (Ferreira, 2005) e com ele instituídos padrões de uso e ocupação do solo completamente excludentes às camadas pauperizadas. Logo, “nas cidades como no campo, a estrutura institucional e política de regulamentação do acesso à terra foi sempre implementada no sentido de não alterar a absoluta hegemonia das elites” (Ferreira, 2005, p. 4).

Nesse sentido, reconhecendo que os modelos da sociedade vigente estão ancorados em um passado colonial, é possível traçar uma conexão entre o desinteresse do Estado em assegurar condições de melhorias estruturais para a população do bairro Dom Bosco e o racismo presente na sociedade, inclusive no direcionamento de políticas e a distribuição desigual do orçamento para os diferentes bairros do município.

A intervenção do Estado desde a abolição da escravatura tem privilegiado a classe dominante,

a intervenção estatal é um complemento necessário, ainda que antagônico, à regulação pelo mercado” (Deák, 2001) do acesso ao solo urbano. Tal intervenção pode dar-se por meio de obras urbanizadoras convencionais, mas também ocorre por meio de um conjunto de instrumentos tributários e reguladores do uso e das formas de ocupação do solo urbano. Ou seja, nessa dinâmica é muito fácil entender como a influência sobre a máquina pública pode render benefícios significativos a quem conseguir direcionar os investimentos do Estado segundo seus interesses de valorização (...). No Brasil, desde as primeiras ondas de crescimento das nossas cidades, na virada do século XIX para o XX, todas as grandes intervenções urbanas promovidas pelo Poder Público foram, salvo raras exceções, destinadas a produzir melhorias exclusivamente para os bairros das classes dominantes (Ferreira, 2005, p. 6).

Dessa forma, a omissão do Estado frente às demandas da população negra e periférica é o papel por ele assumido desde o século XIX,

A desagregação do sistema escravista se operou sem viabilizar aos antigos agentes do trabalho escravo nenhuma reparação, assistência ou garantia social na transição para o trabalho livre. Tanto os senhores quanto o Estado foram eximidos de qualquer responsabilidade pela manutenção ou integração dos negros no novo regime de organização da vida e do trabalho (Albuquerque; Carvalho, 2019, p. 89).

Esse sistema fundamentado na desigualdade e opressão racial não foi erradicado, mas reestruturado de maneira que o racismo foi exacerbado enquanto forma de manutenção da hierarquia racial no Brasil (Albuquerque; Carvalho, 2019). Inclusive, no relato de uma das entrevistadas, uma senhora negra, apareceram muitos elementos que remontam às consequências do passado escravocrata de Juiz de Fora e adjacências,

Infelizmente eu não lembro a minha infância direito. Eu não tive infância né, porque fui pra roça, tive que começar a trabalhar lá, carregar cana, limpar curral, essas coisas assim. Então não tenho muita lembrança, não. Depois a filha da dona que tava comigo, é patroa, né? Vou falar patroa, né. (E 02)

A correlação entre o capitalismo, o escravismo e o patriarcado²² é “determinante na constituição das relações de classe no Brasil, da classe trabalhadora e da chamada questão social” (Albuquerque; Carvalho, 2019, p. 90). Durante o período pós-abolição, o Estado brasileiro pautou seu projeto político no racismo estrutural, que é responsável pela perpetuação da desigualdade racial e

se materializa não somente pela estigmatização e discriminização racial sofrida pelos negros, mas, efetivamente, por meio de medidas de impedimento do acesso aos direitos civis e sociais tais como o voto, a liberdade religiosa, o emprego, a educação, a cultura, a saúde, dentre outros. Ao lado da marginalização imposta, a face mais perversa do racismo estrutural é a histórica criminalização da cultura, da resistência e da existência da população negra (Albuquerque; Carvalho, 2019, p. 94).

Durante a observação participante, foi possível perceber a diferença na percepção do racismo em situações do cotidiano, quando questionadas sobre o acesso aos estabelecimentos nos arredores do bairro, especificamente em relação ao Independência Shopping, houve divergência de opiniões. Enquanto uma das entrevistadas, uma senhora negra, afirmou “no shopping nem vou, nem pode entrar não, cê vai lá e leva menino pequeno, os seguranças não saem de trás” (E 03), outra entrevistada, uma senhora branca, declarou, “eu levo minhas netas... sinto muito” (E 03).

Esse breve recorte da realidade demonstra, novamente, como no Brasil, a questão racial é parte constitutiva da “questão social” e, portanto, reverbera ainda hoje em todos os âmbitos da dinâmica das relações sociais.

a questão racial no país é uma particularidade da nossa questão social, tendo por base a conexão entre a formação social escravista e a acumulação primitiva de capital, pilares do colonialismo. Tais determinações configuraram o racismo estrutural no país como as desigualdades de classe e raça contemporâneas. Assim, o racismo conforma uma morfologia particular à questão social no Brasil (Albuquerque; Carvalho, 2019, p. 98).

A partir dessa discussão, é nítido como a raça é um elemento intrínseco à formação e dinâmica do Dom Bosco, que, de acordo com o IBGE, dos 3.262²³ moradores, 69,04% são pessoas negras (2010 apud Barreto, 2019).

Nas entrevistas com os idosos, dentre os temas de destaque estavam a violência, o uso abusivo de álcool e outras drogas e o tráfico de drogas, que são componentes das expressões da “questão social” que acometem o bairro. Os entrevistados relataram casos de violência e os impactos do uso de drogas no cotidiano do bairro e na relação entre moradores:

Aí foi caindo então os meninos não tinham mais aquela perspectiva de ir estudar lá em cima por medo. A polícia tinha que ficar rodando (E 02);

²² Patriarcado é o sistema de relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres e todos os demais sujeitos que não se encaixam com o padrão considerado normativo de raça, gênero e orientação sexual (Folter, 2021).

²³ Os dados do IBGE são de 2010, devido a falta de atualização desses números.

Eu vi muita briga aqui no Dom Bosco. De faca, foice, pedrada.(E 02);

Porque a fumacinha do capeta impera. (E 02);

Eu acho que tá pegando aqui é a fumacinha do capeta, ela que tá atrapalhando porque já morreu gente aqui.(E 02);

O Dom Orione acabou fechando por causa da época do Bejani houve um esconderijo de bandido lá. Aí muita gente foi ficando com medo. (E 02).

Analizando os dados de indicadores sociais da população, a base da pirâmide social, isto é, as pessoas alvo das maiores violações de direito, são os negros, especialmente as mulheres (Albuquerque; Carvalho, 2019). Segundo o Censo Demográfico de 2010, 70,8% das pessoas em situação de pobreza são negras, conforme o Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a média de renda da população negra é 40% menor que a de pessoas brancas, e, até 2013 a taxa de analfabetismo entre os negros (11,5%) era mais que o dobro da taxa entre os brancos (5,2%) (Albuquerque; Carvalho, 2019).

Dessa forma, a população negra, condicionada a essa realidade de acesso desigual, fica à margem, também, do mercado de trabalho formal e atraída para o trabalho informal, “instável e invisível, muitas vezes, ilegal e clandestino, a exemplo da produção e do comércio ilícito de drogas” (Iamamoto, 2011 apud Albuquerque; Carvalho, 2019. p. 96). “Assim, muitos dos conflitos atribuídos às drogas refletem problemas sociais de outra natureza, como pobreza, desemprego, falta de educação, cultura, lazer e acesso a melhores oportunidades de vida e trabalho (Bokany, 2015 apud Albuquerque; Carvalho, 2019, p. 96). Inclusive, conforme Lima e Lima (2023), a pobreza e exclusão social²⁴ propiciam maiores oportunidades para os jovens se envolverem em atividades ilícitas, especialmente nas áreas onde a violência predomina.

As falas dos entrevistados reafirmam como a falta de acesso a lazer e o uso abusivo de drogas se retroalimentam: “igual lazer pra você levar igual eu agora nas férias de avó que vai ficar com os netos, ali a gente não pode levar as crianças ali naquela pracinha. Uma que ali diz que é cheio de mato e os menino também lá usando droga. É complicado...” (E 03); “ali era uma praça, não podia nem passar. Ficava usando droga ali. Já matou até gente ali, então a gente cantava que ia dormir na praça eu doida pra dormir, mas não podia” (E 03).

É importante ressaltar que alguns entrevistados sentem desconforto em relação ao estigma de violência que o bairro tem perante o resto da cidade, apesar de algumas vezes reproduzirem tal estigma, mesmo que de forma espontânea: “pegaram essa mania feia, todos

²⁴ O termo “exclusão social” foi utilizado pelos autores referenciados, porém neste trabalho entende-se sua problemática uma vez que é usado de forma a ocultar os fundamentos da “questão social”.

os bairros tem. Tem bairro que você não pode andar de noite” (E 02). A relação da população jovem e negra com a questão das drogas é um fator chave para a compreensão das estratégias de criminalização e estigmatização assumidas pelo Estado.

A ideia de “classes perigosas” foi construída no ideário brasileiro no período colonial e atualmente todo o sistema ainda é ancorado em tais ideias.

A guerra às drogas é um mecanismo de manutenção da “hierarquia racial”, pois como não se pode mais dizer abertamente que o negro é inimigo social, então, deliberadamente, utiliza-se da questão das drogas como forma de se manter a dominação branca (Alexander, 2017 apud Albuquerque, Carvalho, 2019, p. 94).

Ao tratar o uso de substâncias psicoativas e a questão do tráfico de drogas como um desvio de caráter do indivíduo, todo o processo histórico de marginalização e violência estrutural aplicada à população negra é ocultado. De acordo com os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), 73% da população encarcerada é negra e a tipificação do crime que mais gera esses encarceramentos é o tráfico de drogas (Albuquerque, Carvalho, 2019). Em resposta ao tráfico, o Estado iniciou uma guerra ao narcotráfico, que se traduz na realidade enquanto “um poderoso instrumento de criminalização e genocídio das classes e raças indesejáveis, isto é, das juventudes negras periféricas” (Albuquerque, Carvalho, 2019, p. 96). No Brasil, em 2014, dos 44.861 homicídios por armas de fogo, 70,5% das vítimas eram negras (Mapa da Violência, 2016).

Em síntese, desde a colonização as classes dominantes usaram de mecanismos para marginalizar, favelizar, criminalizar e estigmatizar a população negra, assim o Estado atua através de uma política criminal genocida, visando o extermínio em massa da população tida como perigosa, a população negra. “Sob o discurso da proteção e da segurança, reatualizam-se práticas evidentemente racistas, higienistas e eugênicas” (Albuquerque, Carvalho, 2019, p. 98).

Ao analisar as respostas das entrevistadas a quaisquer perguntas sobre as relações interpessoais existentes no bairro tanto no passado, quanto no presente, fica claro a relação de parceria e forte senso de comunidade existente no Dom Bosco. Com o passar dos anos, porém, segundo os relatos, as interações com vizinhos, especialmente em espaços comuns, ficaram menos constantes, tal processo é uma resposta à influência do contexto neoliberal, que produz o “sujeito neoliberal”, “os fenômenos da privatização; da individualização e da competição, presentes na subjetividade do sujeito neoliberal; e a consequente segregação e autosegregação, constituem um cenário de perda do domínio público” (Faria, 2017, p. 191)

Nota-se que as relações pessoais e amigáveis são constituintes do bairro Dom Bosco, desde as amizades criadas na infância, até as relações de parentesco ou aquelas resultantes da similaridade das dificuldades vividas no cotidiano. Tal fenômeno pode ser compreendido a partir da leitura do bairro Dom Bosco enquanto uma localidade, que são “pontos nodais de interação” (Leeds, 1978, p. 32), isto é, pontos com variedade e densidade de categorias de comportamentos religiosos, econômicos, sociais, dentre outros, concentrados em uma área. O caráter das relações interpessoais nas localidades é, em sua maioria, de interações duradouras e relações personalizadas. As localidades como pontos nodais de interação são caracterizadas por uma rede complexa de diversos tipos de inter-relações (Leeds, 1978, p. 33), como laços de parentesco, amizade, vizinhança, ambiência, relações personalizadas, dentre outros.

Esses aspectos são perceptíveis em falas como: “tudo amigado, todo mundo conhece todo mundo, a maioria aqui são parentes tipo ‘ah meu tio, primo’ tudo é assim” (E 01); “as padarias também temos duas padarias aqui, lá embaixo, os donos também são boa gente” (E 01); “só lá que tinha telefone, então se quisesse usar o telefone tinha que ir lá e tudo aí depois que Seu X comprou ali da Dona Y e fez o mercado, aí deu uma arrancadinha boa”²⁵ (E 02).

Também estão presentes em falas como: “ele era bom, me ajudava muito, chegava lá pra comprar qualquer coisa e já falava: ‘leva isso aqui pras crianças’; se não tinha dinheiro ‘depois você paga’” (E 02); “aí as senhoras faziam cesárea, ce lembra? Os homens carregavam na cadeira...” (E 03).

Ih, a gente sentava, a gente conversava. Era impressionante! Tinha uma mania de sentar e conversar todo dia de tardezinha... às vezes uma cerca separando um sentava do lado de lá, outro do lado de cá, uns fazendo cigarrinho de palha né, fazia com canivete, lembro do meu tio fazendo isso, punha assim na perna o canivete e ficava alisando assim... palha de milho. Fumava o cigarro e ficava conversando, aí contava caso, dava risada, até escurecer. (E 03)

Atualmente, a relação entre os moradores é diferente, enfraquecida em comparação ao passado, apesar de ser possível observar resquícios do espírito de coletividade e cooperação mútua nos moradores mais antigos do bairro. Dessa forma, ainda existem relações amigáveis, mas pautadas em contatos mais breves, diferente dos laços fortalecidos do passado, como apontado pelas entrevistadas: “mas depois que teve luz, asfalto, água na rua toda, as pessoas ficaram mais nas suas casas fazendo suas atividades. Ainda tem a igreja que o povo vai, ainda tem uma integração, mas é diferente” (E 02).

²⁵ Os nomes de todos os moradores do bairro que aparecem nas entrevistas foram substituídos por letras do alfabeto X, Y, Z a fim de manter o sigilo.

Passa pessoas perto de você, mora aqui no bairro, te cumprimenta ‘oi fulano tudo bom?’ você não sabe quem é, você responde e tudo bem Aí você vira e diz ‘quem é, gente?’ Aí se tem uma pessoa com você que conhece ‘ah não fulano mudou pra cá tem pouco tempo’. Um lugar que a gente devia conhecer né?! (E 03)

Essa mudança no comportamento interpessoal está diretamente ligada às transformações no território, que impactam sobre as relações coletivas. Em espaços onde o Estado não intervém, a própria comunidade local estabelece formas de organização, como no caso das favelas, que, de acordo com Leeds (1978, p. 43), “mesmo na ausência dos agentes de Estado, a ordem pública é geralmente bem estabelecida”, ou seja, caso os órgãos “supralocais”- instituições que não são governadas ou relacionadas à localidade, como sistema bancário, economia nacional, sindicatos, partidos políticos, etc - não sejam reconhecidos ou acionados por quaisquer dificuldades da população, as favelas recorrem à organizações sociais próprias, pautadas na ajuda mútua e cooperativa (Leeds, 1978).

Contudo, é preciso pontuar que o Estado exerce controle através de diversas instituições, com os objetivos de manter a ordem da sociedade e de se manter no poder, geralmente defendendo os interesses da classe dominante (Leeds, 1978). Segundo os autores, o Estado assume uma relação dual com as localidades, isso porque, apesar de às vezes as finalidades políticas do Estado contribuírem para o bem estar, manutenção da ordem e prosperidade da localidade, este também pode ter ações correspondentes a interesses privados que acabam por restringir ou negar os interesses da localidade (Leeds, 1978).

Para exemplificar esse processo, o entorno do Dom Bosco foi objeto de inúmeras transformações nos últimos anos e, apesar de o bairro não ter sido o foco de investimento do Estado, melhorias em sua infraestrutura foram necessárias para a valorização da área. Assim, nas últimas décadas, essas transformações que contemplavam os interesses privados caminhavam em consonância com mudanças positivas para uma porção do bairro. Esse fenômeno das melhorias estruturais no bairro e seu entorno, da forma que se deu, acabam contribuindo para esvaziamento dos espaços coletivos e de reivindicação, uma vez que pode produzir a ideia de melhorias sendo feitas sem a necessidade de organização comunitária, uma vez que elas ocorreram como contingência de interesses particulares. O que pode provocar a diminuição de ações de integração e cooperação dos moradores.

Além disso, a ideologia neoliberal influí também na construção do sujeito, a racionalidade materializada “incentiva a individualização; (...) promove técnicas e dispositivos de auto-governamentalidade; combate as coletividades políticas e; promove o afastamento dos sujeitos dos centros de decisões políticas” (Faria, 2017, p. 179). Por isso a tendência à diminuição das relações pessoais e aumento de interações secundárias e impessoais pautadas em serviços e transações (Leeds, 1967b, 1968 apud Leeds; Leeds, 1978).

Assim, a confraternização com vizinhos foi notoriamente reduzida, como relatado pelas entrevistadas, “hoje é cada um na sua casa, quando vou sair do portão não tem ninguém. Tinha as criança jogando bola” (E 02); “porque hoje em dia tem gente no bairro que você nem conhece. Né?” (E 03).

O Dom Bosco é um bairro cercado por contradições e tensionamentos desde sua formação. Por isso, a população já precisou se organizar coletivamente em defesa de seus interesses comuns, alguns momentos que exemplificam esse movimento foram: o fechamento da escola Dom Orione; a remoção do campo de futebol da Curva do Lacet e até mesmo a reivindicação para implantação de novas linhas de coletivos que atendessem o bairro.

O caso do fechamento da escola Dom Orione é simbólico para entender o processo de gentrificação e a financeirização do capital. Conforme Monteiro (2014), o prédio onde funcionava a escola Estadual Dom Orione era propriedade da Igreja, que alugava para o Estado. A partir da década de 1990 o bairro Dom Bosco foi impactado pela valorização imobiliária por conta dos empreendimentos em seus arredores, incluindo a área onde se localizava a escola. Houve então um processo de sucateamento da instituição devido a falta de investimento do Estado (Monteiro, 2014), ao ponto que mesmo com a mobilização de toda a comunidade, a escola foi fechada. A escola foi fechada em 2009 e, atualmente, a área foi arrendada para uma faculdade de ensino privado (Monteiro, 2014).

(...) começou um grande processo de mobilização da comunidade que contou com o apoio do Conselho Tutelar, de entidades do movimento estudantil, do Sindicato dos Professores Estaduais (SindUTE), do Comitê Central Popular, da Associação Beneficente Amigos do Noivo (Aban), da seção local da Associação dos Geógrafos Brasileiros e outras entidades da cidade (Monteiro, 2014, p. 173).

Com o passar dos anos, os entrevistados perceberam uma diminuição da mobilização popular pelas causas do bairro, dentre outros fatores, tal diminuição pode ser justificada pela limitação de recursos pessoais na organização social do bairro (Leeds, Leeds, 1978). Restando então as tentativas de concessão de melhorias de forma extra-oficial, por meio de relações de

proximidade com indivíduos influentes e atuantes nos espaços públicos da cidade, como parlamentares e conselheiros. Tal movimentação é histórica,

mas e as entidades locais como as Associações de Moradores? Estas sofriam com um grave processo de burocratização e cooptação. Quase todas eram dirigidas por moradores apadrinhados por vereadores ou pelo próprio prefeito. A falta de autonomia política dessas entidades as transformavam em grandes aliadas daqueles que constituem a classe opressora. Essas lideranças não se reconheciam enquanto classe trabalhadora, logo não atuavam em prol da mesma. São pessoas que se conformavam com práticas assistencialistas e colaboravam para a perpetuação da lógica coronelista (Monteiro, 2014, p. 173).

Em vários momentos essas movimentações individuais ficam aparentes nos relatos dos entrevistados, de forma que certas melhorias no bairro só ocorreram por relações específicas de moradores com pessoas em cargos importantes, por exemplo: “tem o colégio, tem a creche e tem a praça. Pra baixo do colégio. Inclusive ela tava precisando de uma melhora aí falaram com um rapaz aqui que faz parte do conselho aí ele pediu já deve arrumar ela” (E 01).

Se eles arrumassem ali, a gente pediu os aparelhos pra arrumar ali, mas eles disse que tem que olhar, tem muito aparelho, mas tá estragado. A gente conversou com um rapaz lá que faz parte do negócio da prefeitura, ele conversou lá mas diz que os aparelho não tá bom pra colocar. Agora não sei se eles não quer colocar, se tá dando desculpa (E 03);

A escolinha é aonde é hoje a casa da minha tia. O meu tio X tinha uma casa que ele fazia teatro, ele punha música, e como meu avô era apontador, que na época era a mesma coisa que contador, e o meu avô era muito culto. Ele mesmo não tinha tanto estudo, mas ele queria que as pessoas estudassem. Então o meu tio foi na prefeitura e fez um convênio com a prefeitura pra ter uma escola aí veio nessa escolinha pequeninha (E 02).

Inclusive, devido à informalidade ao lidar com requisições da comunidade, algumas ações se resumiram à resoluções pontuais, não sendo eficazes na solução dos problemas, uma vez que não eram ações perenes, como em um dos casos relatados,

Era porque o Seu X era uma pessoa assim, igual um dia, olha só o que ele fez. Eu não teria essa coragem. O ônibus demorava. A gente tava lá no Parque Halfeld esperando o ônibus. Demorava, demorava. Aí eu não sei porque, tinha quebrado o ônibus, aí sabe o que o Seu X fez? Fez o motorista virar o letreiro, era São Mateus, ele fez virar Dom Bosco e ele subiu (E 02).

Tais ações pontuais apontam para a desmobilização e desocupação de espaços públicos de controle social, bem como afastamento da participação associativa da população (Leeds, 1978). Esse movimento também é entendido como um processo de “despolitização” (Goldrich, 1970 apud Leeds, Leeds, 1978). A partir das entrevistas e da observação participante nota-se que a população entende que esses movimentos particulares, informais e extraoficiais são caminhos mais efetivos para a solução das demandas. Dessa forma pode-se perceber que há uma tendência por iniciativas individuais, de caráter clientelista em

detrimento de organizações coletivas e associações em espaços formais, salvo momentos pontuais como no caso na mobilização pela manutenção da Escola Estadual Dom Orione.

Quando as mudanças são legítimas, conquistadas através da ocupação de espaços políticos, é por força da movimentação de poucos, que levantam pautas que apesar de serem de interesse geral, acabam tendo baixa adesão no momento de efetivamente se organizarem politicamente. Como é possível observar nas falas:

Já briguei, já fui atrás. Esse 510 entrou porque eu consegui. Acordei 5 horas da manhã pra estar lá na rua, ninguém queria ir, chamei um monte de gente, eu vou. Fui. Aí deram um papel pra marcar porquê tinha 3 do 511 e 5 do 512 (E 02);

E aí o que que acontece... a antigamente há um tempo atrás, a sociedade do bairro tinha pessoas atuantes. Só que essas pessoas atuantes era falecido Seu X, meu pai, minha mãe, Seu Y, Seu Z lá da Cruzador Bahia e alguns outros senhores, só que esses homens, eles foram envelhecendo e morrendo. Chamavam as pessoas pra ir pra reunião e ninguém queria ir... hoje por exemplo quem representa o bairro é eu... (E 02);

Cê chama um pra ajudar na reunião, chama outro "não" "não", tudo é assim. Mas, desculpa da palavra dentro do ônibus dana a falar do rabo de outro, que é um desespero, aí outro dia quase bati numa pessoa lá, que a pessoa falou, falou, falou que não tem ninguém que não sei o quê. Aí eu falei o seguinte: "todo mundo é responsável pelo bairro! Você não é responsável pela sua casa? Também é pelo bairro. Como que fala que não tem representante? Vamos pra reunião". Aí a pessoa ó... (E 02).

A baixa adesão a construções políticas em conjunto, ocupações de espaços de controle social e diminuição do associativismo exemplificados nas falas dos entrevistados são respostas à incorporação do modo de ser do sujeito neoliberal. São observados fenômenos de “descoletivização da ação”, diminuição da democracia enquanto sistema de participação e o esvaziamento político da cidadania, “debilita-se, consequentemente, uma característica fundamental da democracia: as entidades coletivas ou associativas de cidadãos com continuidade no tempo” (Zarneño, 1997, p. 156 apud Faria, 2017, p. 176).

Os entrevistados têm em comum a ideia de que com o passar do tempo as condições de acesso a serviços e moradia no bairro melhoraram, é interessante como fazem a conexão dessa melhoria geral ao acesso a direitos básicos. Em muitos momentos a contraposição do passado e presente remete ao passado como uma época melhor devido às interações interpessoais. Enquanto o presente é associado a melhorias das condições de moradia, transporte e acesso a serviços, como indicado nas falas: “as casas a maioria eram tipo assim de laje, tinha umas perto do campo ali que era barraco de madeira e tinha muita mina aqui. Aí ali perto da mina tinha um monte de barraquinha, assim como se fosse cair com a chuva” (E, 01); “...a gente tem transporte, UBS muito boa, tudo. Algumas UBS de outros bairros falam que a nossa é melhor” (E 01).

Aí então só depois que teve a água que o Melo Reis colocou a água no Dom Bosco, foi que as pessoas começaram a melhorar a situação de vida, aí deu aquela arrancada. Que aí as pessoas não tinham mais que fazer isso. Era sair para trabalhar! Que antes as pessoas tinham que sair para lavar roupa e depois trabalhar em outro lugar" (E 02).

Em alguns casos, mesmo relacionando o passado à dificuldade e escassez, os entrevistados mantêm um olhar nostálgico, por exemplo, a entrevistada apresentava um sorriso saudosista ao relatar que “a gente ia cortar lenha voltava com tudo na cabeça pra casa. Faziam a rodinha assim e trazia na cabeça” (E 02). Mas, no geral, as memórias boas são referentes à infância e laços interpessoais, “eu virava esse morro até lá na ponta onde que sai lá em cima na Universidade, eu virava isso tudo pra catar coquinho, amora...” (E 02); “uma coisa boa também - não sei se você lembra [aponta para colega]. A gente estudava no grupo São Mateus, aí dava aquela chuva, que chovia muito, a gente tinha o prazer de andar dentro da enxurrada. Adorava” (E 03); “sentava, sujava roupa... Coisa até perigosa. Ali perto do colégio tinha um morrinho ali. Quando a máquina passou lá, a máquina cortando assim e a gente rolando na frente da máquina, naquela terra a gente se jogando assim. Era muito bom” (E 03).

Essa relação do passado a boas lembranças é um movimento natural da memória quando evocada pelo coletivo, “há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ser que anima a vida das ruas e das praças, dos mercados e das esquinas. A paisagem do bairro tem uma história conquistada numa longa adaptação” (f, 2003, p. 41). Inclusive, as transformações no espaço interferem concomitantemente na relação dos moradores com seu território e nas relações interpessoais, “faz parte da dialética do mundo moderno essa tensão entre a transformação e a resistência” (Bosi, 2003, p. 77).

Apesar da recordação positiva do passado, a maior parte dos entrevistados enxerga as transformações no bairro como positivas, uma das entrevistadas até correlacionou tais mudanças aos empreendimentos nos arredores do Dom Bosco, “melhorou tudo. Melhorou condução, melhorou conforto, melhores lojas, mais lojas, mais comércio, oficinas, mais tudo” (E 03).

É importante compreender que as mudanças no bairro que a população entende como melhorias e conquistas são “o shopping, os condomínios residenciais, as casas, esses prédios todinhos aqui na rua ó... Olegário Maciel, trouxe uma evolução danada aqui pro Dom Bosco” (E 03); “tinha o ônibus que caia direto lá na beira, não subia de jeito nenhum” (E 03); “e aí a água né... que a gente carregava, era pra tudo, pra cozinhar, lavar, tomar banho, fazer tudo. A gente pegava fila na bicona ali. Porque tinha as lavadeira né?!” (E 03). São na verdade

investimentos na infraestrutura necessários para contemplar a população atraída por todas as melhorias nos arredores do bairro, por exemplo, a construção de 50% da Unidade Básica de Saúde no bairro Dom Bosco foi uma das contrapartidas acordadas com o poder público para o funcionamento do hospital e centro médico Monte Sinai (Rodrigues, 2013).

Isto é, com a Universidade, Shopping, hospital e condomínios nas adjacências do bairro, novas linhas de ônibus, iluminação pública, água encanada, equipamentos sociais e múltiplos comércios foram necessários para tornar tais espaços mais atrativos para as classes que viriam a frequentar tais espaços. Essa é uma prática comum do Estado,

Essa prática da desigualdade na implantação de infra-estrutura, ou seja, do trabalho social que produz o solo urbano, gerou – e ainda gera – diferenciações claras entre os setores da cidade, produzidas pela ação do Estado (...) e acentuando a valorização daqueles beneficiados pelas obras (Ferreira, 2005, p. 07).

Um dos entrevistados, contudo, problematizou as mudanças tidas como positivas por alguns dos entrevistados: “acabou com tudo aí, o que que acontece veio shopping, veio Monte Sinai, foi comendo o Dom Bosco, pelas beiradas” (E 03). Essa reflexão demonstra a apreensão, mesmo que de maneira espontânea, do movimento de apropriação de partes do bairro pelos grandes empreendimentos, revelando a percepção dos moradores acerca das transformações que impactam o bairro. As falas destacadas ainda retratam como o lazer da população local foi suprimido em detrimento do lazer das classes mais ricas, por exemplo, com a construção do Independência Shopping, que ocorreu em frente ao local que antes se localizava o campo de futebol da Curva do Lacet: “no meu pensamento acho que mudou mais quando acabou com aquele campo ali...” (E 03); “acabou com o campo” (E 03).

No geral, a percepção dos moradores em relação às transformações no bairro e seu entorno são duais, enquanto alguns destacam os pontos negativos, outros apontam o caráter positivo de tais mudanças. No entanto, é nítido que a visão negativa das transformações no espaço é proveniente do sentimento de nostalgia pelas relações e simplicidade do passado, que na realidade atual já não existem. Enquanto a visão de que as transformações foram positivas são associadas ao desenvolvimento de infraestrutura básica, como acesso à saneamento básico, energia elétrica, asfalto e serviços.

Assim, não é possível notar nos entrevistados a compreensão de como a apropriação capitalista do espaço urbano pressupõe melhorias na infraestrutura para contemplar os novos empreendimentos construídos. Também não surgiu nas entrevistas a discussão de como, apesar de o bairro ter sido impactado estruturalmente pelas transformações, seus moradores não acessam os novos empreendimentos, como usufrutuários.

A ausência de espaços coletivos, como organizações e associações comunitárias ativas, no bairro colaboram para a dificuldade da apreensão das implicações das transformações no entorno do Dom Bosco. Uma vez que é histórico o processo de articulação e mobilização de classe em movimentos sociais para que através de enfrentamentos e ocupações de espaços de luta sejam conquistados direitos sociais e de participação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do espaço urbano e apropriação capitalista do mesmo gera o processo de mercadorização da terra, destacando a característica dinâmica e contínua do capital em seu ciclo de acumulação, que, no caso da questão urbana, é materializado em fenômenos como gentrificação e favelização. O Estado investe na infraestrutura de determinada área e instala equipamentos sociais, resultando na valorização dessa área, atraindo os setores imobiliário e de construção civil, que investem ainda mais através da construção de comércios, redes de prédios residenciais, áreas de lazer, etc. Dessa forma, a área antes sucateada se torna valorizada, a ponto de antigos moradores não conseguirem arcar com o custo de vida, sendo obrigados a se mudar para regiões distantes e sem infraestrutura, esse processo reorganiza o espaço urbano conforme uma lógica de favorecimento dos interesses do capital.

Ao resgatar o processo iniciado há 30 anos no entorno do bairro Dom Bosco, bem como as falas dos entrevistados, observa-se como esse fenômeno se materializa na realidade do bairro. O Dom Bosco é um bairro cuja constituição se deu por uma população majoritariamente negra, de ex-escravizados que viram nele uma oportunidade de ocupar um local próximo ao centro da cidade. Por muitos anos não havia infraestrutura básica, o chão era de terra, não havia água tratada e energia elétrica e os serviços de saúde, educação e mobilidade eram escassos, foi só com a criação da UFJF e a construção do hospital Monte Sinai que essa realidade começou a se modificar.

Assim, com o passar dos anos, mais empreendimentos foram instalados nos arredores do bairro, sendo também um crescente investimento na sua infraestrutura, não para sanar as questões da população do bairro, mas sim como resposta às demandas dos setores privilegiados que se instalaram por conta dos novos estabelecimentos. Nesse sentido, as respostas às entrevistas destacaram a percepção dos moradores do Dom Bosco acerca dessas transformações.

Em sua maioria, os moradores enxergam as mudanças como positivas, sem conseguir desvelar que esse movimento de melhoria na infraestrutura e serviços do bairro não é resultado do poder público os contemplando, mas sim de melhorias necessárias para atender a porção da população que é atraída pelos novos empreendimentos construídos, o que por sua vez também beneficia os setores investidores. Assim, os moradores correlacionam as transformações ao redor do bairro ao acesso a saneamento básico, à energia elétrica, à melhoria das condições das moradias, dentre outros.

Em algumas falas elementos negativos das mudanças do bairro aparecem, mas alimentados por sentimentos de nostalgia e saudosismo, uma vez que a chegada de novos moradores, o crescimento da cidade e a mudança no estilo de vida. As relações interpessoais não são mais tão próximas, as brincadeiras e liberdade da época de infância não são mais as mesmas e isso é atribuído a chegada de um número expressivo de novos moradores, que levaram à heterogeneidade da população constituinte do bairro.

Além disso, em alguns momentos também são pontuados outros aspectos negativos ao comparar o passado e o presente do bairro, o fato de as novas construções estarem cercando e “comendo o bairro pelas beiradas” nas palavras de um entrevistado, e o fato de os moradores dos bairros não acessarem tais empreendimentos. O último está totalmente conectado com a questão racial, as pessoas do bairro do Dom Bosco vivenciam situações de racismo nas experiências do cotidiano.

Através do trabalho e das informações colhidas nas entrevistas, fica nítido como a cidade é viva, os agentes dispostos estão em movimento contínuo, inclusive, em julho de 2025 o bairro Dom Bosco foi selecionado para receber recurso de 40 milhões do PAC Periferia Viva. O projeto do governo federal contempla investimentos nos serviços de infraestrutura, habitação, regularização fundiária, mobilidade e equipamentos públicos voltados para regiões de favelas do Brasil. O processo que se mascara de obras de melhoria das condições de vida da população na realidade, se materializa como um processo compulsório de migração das pessoas que habitam a área.

Isso porque a regularização fundiária, implementação de novos equipamentos e serviços, como demonstrado nesse trabalho, valoriza a área a ponto de as pessoas que antes habitavam o bairro passarem a não conseguir arcar com as despesas e terem que se mudar. Esse processo seria interessante para os setores privados, especialmente ao pensar que o bairro é localizado na região central e cercado por diversos empreendimentos como já mencionado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima; RIBEIRO, Nelson Rosas. Valor e gestão da produção: contribuições marxianas para a compreensão da busca pela eficiência produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**: jan, 2016.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. **Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana**. IPEA, 2018.

AMARAL, Marisa Silva; DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Superexploração da força de trabalho: uma proposta metodológica de análise. **Scielo**: out, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/VMbkNtdpBxrtLRcpV8jhYgj/?lang=pt>

ANTUNES, Ricardo. Excuso sobre a centralidade do trabalho. In: **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 135- 146.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BARRETO, Ana Cláudia. **O lugar dos negros pobres na cidade: Estudo da área de risco do bairro Dom Bosco**. Dissertação (pós graduação em serviço social)- Faculdade de serviço social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

BARROS, Atila; MORAIS, Ecléa P. **Impactos ambientais causados pelo processo de favelização no município de Teresópolis: uma análise histórica no município**. Revista Tópicos, 2023.

BARROS, Ilena Felipe; GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Questão agrária e urbana no Brasil contemporâneo. In: MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas (orgs). **Formação social e serviço social: a realidade brasileira em debate**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 103 - 121.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. 1 Ed. São Paulo: Annablume, set, 2007.

BRANDT, Daniele B. **O direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana experimental à gestão democrática das cidades**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

BRASIL. Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001. Estabelece as diretrizes gerais da política urbana. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 10 jul, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 05 jan, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm

BRASIL. Decreto- lei nº 82, de 03 de julho de 2018. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial , o Sistema Municipal de Planejamento de Território e a revisão do PDF/ JF de Juiz de Fora. **Lex:** Juiz de Fora. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-juiz-de-fora-mg>

BUENO, Laura M. Contribuição para o conhecimento sobre as favelas no Brasil; GONDIM, Linda M. Favela, aglomerado subnormal, comunidade, ocupação, assentamento precário; Declaração: o que é a Favela, afinal. In: SILVA, Jailson S. et al (orgs). **O que é a Favela, afinal?** Observatório das Favelas, 2009.

CARDOSO, Adauto; LUFT, Rosângela; XIMENES, Luciana. Áreas de Especial Interesse Social (AEIS). **Wikifavelas.** 19 de setembro de 2023. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/%C3%81reas_de_Especial_Interesse_Social_\(AEIS\)%20text=As%20%C3%81reas%20de%20Especial%20Interesse%20Social%20\(AEIS\)%20s%C3%A3o%20regi%C3%B5es%20das,%C3%A0%20moradia%20digna%20para%20todos](https://wikifavelas.com.br/index.php/%C3%81reas_de_Especial_Interesse_Social_(AEIS)%20text=As%20%C3%81reas%20de%20Especial%20Interesse%20Social%20(AEIS)%20s%C3%A3o%20regi%C3%B5es%20das,%C3%A0%20moradia%20digna%20para%20todos)

CASTRO, Elaine; OLIVEIRA, Ulisses T. V. **A entrevista semi estruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual.** Entretextos, Londrina, v. 22, n. 3, 2022.

DEMETRIO, Nilo. O que é clientelismo. Politize, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/clientelismo/>

DORES, Fabíola G. **A memória como método de pesquisa.** (Programa de pós- graduação em sociologia), UNESP, (1999).

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

FARIA, Jansen. **Neoliberalismo, cidade e cidadania: questões sobre o esvaziamento político do espaço público na metrópole brasileira.** Interdisciplinar, 2017.

FERREIRA, J. S.W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. **Anais do simpósio “Interface das representações urbanas em tempos de globalização”**, Bauru, ago, 2005.

FERREIRA, Regina F. C. F. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade.** Fórum de sociologia “Justiça Social e Democratização”, Buenos Aires, 01 a 04 ago, 2012.

FIALHO, Juliana. **Assistência Social x assistencialismo.** Gesuas, 2020. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/assistencia-social-x-assistencialismo/>

FOLTER, Regiane. O que é patriarcado. **Politize,** 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/patriarcado/>

FURTADO, Carlos R. **Intervenção do Estado e reestruturação urbana. um estudo sobre gentrificação.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 341-363, nov. 2014.

GERALDO, Watuse Mirian de Jesus. **Novas dinâmicas socioespaciais na “Cidade Alta” de Juiz de Fora- MG.** Monografia- Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora.Juiz de Fora, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20 - 29, jun, 1995.

GUIMARÃES, Maria C. R. A questão urbana na dinâmica da reprodução capitalista. **Argumentum**, Vitória v. 5, n.1, p. 180- 196, jan./jun. 2013.

G1 – Zona da Mata. Bairro Dom Bosco, em Juiz de Fora, receberá obras do PAC Periferia Viva; recurso é de R\$ 40 milhões. 25 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2025/07/25/bairro-dom-bosco-em-juiz-de-fora-recebera-obras-do-pac-periferia-viva-recurso-e-de-r-40-milhoes.ghtml>.

INGLÊS, Roberta; LING, Anthony. MCVC: política pública que nasce torta, nunca se endireita. **Caos Planejado**, mai, 2025. Disponível em: <https://caosplanejado.com/mcmv-politica-publica-que-nasce-torta-nunca-se-endireita/#:~:text=%O%20programa%20tem%20mostrado%20que,%2C%20infelizmente%2C%20deixadas%20de%20lado.&text=A1%C3%A9m%20disso%2C%20a%20atual%20expans%C3%A3o,est%C3%A1%20longe%20de%20se%20endireitar>

JUNIOR, Carlos E. J. M. Setores da economia: primário, secundário e terciário. **Politize**, 2024. Disponível em: <https://www.politize.com.br/setores-da-economia/>

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LIMA, Gilberto J.S.; LIMA, Arali dos S.A. A criminalização da pobreza como forma de violência estrutural contra jovens na América Latina. **Revista latino-americana de criminologia.** v.3, n.1, out, 2023.

LUZ, R. S. da; BAVARESCO, A. Trabalho alienado em Marx e novas configurações do trabalho. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, [S. l.], v. 17, n. 27, p. 137–165, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/796>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos avançados, 2003.

MENEZES, Maria Lucia Pires; MONTEIRO, Gabriel. **O espaço fora do lugar: uma análise do processo de gentrificação do bairro Dom Bosco e seus impactos para a comunidade local.** Revista electrónica de geografia e ciencias sociales, 01 de agosto de 2010. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-97.htm>

MINAYO, Maria. C. S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTEIRO, Gabriel. **O bairro Dom Bosco: uma longa vida comunitária e seus desafios frente ao avanço do capital imobiliário.** Dissertação (pós graduação em geografia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara. A. P. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, Celi. O que é populismo? ANPOCS, 2024. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2024/10/09/o-que-e-populismo/>

RACIONAIS. Fim de semana no parque. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/63447/>

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Organização da Sociedade Civil (OSC).* Portal Gov.br – Receita Federal. Publicado em 27 out. 2022. Atualizado em 6 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/extensao/osc>

RODRIGUES, Andreia S. R. **A produção do espaço urbano de Juiz de Fora/MG: Dinâmicas imobiliárias e novas centralidades.** Tese (Pós- graduação em geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Scielo**, ago, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JjhQzh9FGx9q3t7WsT35g/?lang=pt>

SOARES, Elza. A Carne. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/elza-soares/281242/>

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. *Quem somos?* Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/quem-somos>

VALLE, Cristiane N. **Cidades médias e crise urbana: um estudo a partir do crescimento dos aglomerados de exclusão em Juiz de Fora.** Dissertação (Pós- graduação em serviço social), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

ANEXO A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Você está sendo convidada para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizada de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Ocupar é pertencer? O direito à cidade na perspectiva dos moradores do bairro Dom Bosco

Pesquisador responsável: Maria Eduarda de Oliveira Bastos

Telefone para contato: 31 97251852

Essa entrevista faz parte de um Trabalho de Conclusão de Curso da faculdade de Serviço Social da UFJF e tem como objetivo entender como os moradores do bairro Dom Bosco enxergam as mudanças que vêm ocorrendo nos arredores do bairro desde a construção do hospital Monte Sinai (1988). Através de uma entrevista com perguntas previamente elaboradas, será explorado, em um primeiro momento, o perfil dos moradores, enfocando em questões como etnia, idade, emprego, escolaridade e condições de moradia. Em seguida, pretendo ouvir sobre as memórias de como era o bairro antigamente, como e onde se davam os momentos de socialização e como era o acesso aos serviços em geral (água, luz, transporte, etc.); e, em um terceiro momento, serão feitas questões sobre as características atuais do bairro também em relação ao acesso a serviços e lazer, bem como sobre a convivência dos moradores.

Esse caminho possibilitará uma compreensão sobre quem são os moradores do bairro Dom Bosco e como foi e como está sua relação com a cidade que os cerca. Será possível entender ainda sua relação com o bairro, se houve mudanças significativas no acesso aos serviços e lazer através da comparação entre as suas vivências passadas e as atuais.

Garanto à senhora o sigilo de sua identificação (nome, endereço, idade) se assim o desejar; a utilização do material coletado a partir do "relato oral" da senhora para usos exclusivamente acadêmicos, construção de conhecimento e alcance dos objetivos desta pesquisa, bem como total liberdade de retirar o consentimento a qualquer momento do andamento da Pesquisa. Destaco que também utilizarei a gravação de áudio mas, apenas como recurso de coleta dos dados, auxiliando na compreensão posterior de todas as respostas dadas, de forma alguma serão divulgados. Além de me comprometer a apresentar os resultados obtidos através deste estudo à senhora.

Maria Eduarda de Oliveira Bastos

Entrevistada

ANEXO B - Roteiro de entrevista semiestruturada

Pesquisa qualitativa de entrevista semi-estruturada sobre a perspectiva dos moradores do bairro Dom Bosco sobre as mudanças socioterritoriais no bairro e seus arredores nos últimos 30 anos.

Parte 1- Conhecendo o perfil do entrevistado:

1. Nome
2. Idade
3. Estado Civil
4. Em qual área do bairro mora?
5. Você mora sozinha? Caso não, quem mora com você?
6. É casa própria ou alugada?
7. Qual sua ocupação (trabalho)? Caso more com outras pessoas, qual a ocupação delas?
8. Recebe algum benefício social? Se sim, qual/ quais?
9. Cor (autoidentificação)
10. Escolaridade

Parte 2- Memórias:

1. Você nasceu neste bairro ou veio de outro bairro ou mesmo de outra cidade?
2. Se veio de outro lugar, por que se mudou para o Dom Bosco?
3. Há quanto tempo mora no bairro?
4. Como era o bairro antes? O que se lembra que te chamou mais atenção quando se mudou para cá ou durante a infância (caso seja nascida no bairro)?
5. Você pode me dizer qual a lembrança mais marcante que tem do bairro?
6. Como eram as casas?
7. E as ruas, como eram?
8. Como era o acesso a serviços como água, luz, comércio, transporte?
9. E o acesso à saúde, educação, como era?
10. Quais os locais de convivência e lazer que existiam no bairro? Onde iam ou o que faziam para se divertir?
11. Como era a relação entre os moradores?

Parte 3- Mudanças:

1. Você sente que o bairro mudou muito? Se sim, quais as mudanças que mais te chamam atenção?
2. Quando você acha que o bairro começou a se modificar mais?
3. De forma geral, o que você acha dessas mudanças?
4. Como está o acesso à serviços como a água, luz, comércio e transporte hoje?

5. E em relação a saúde e educação, como está o acesso hoje?
6. Atualmente quais são os locais de convivência e lazer aqui no bairro? Ainda existem?
7. Você frequenta os espaços que vêm surgindo ao redor do bairro, como academia, shopping, universidade, hospital?
8. O que você acha sobre morar no Dom Bosco?
9. Você vê perspectiva de ter uma boa vida neste bairro diante de todas essas mudanças?
(Tanto no sentido de lazer como no acesso a serviços)